

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIANA DE ALBUQUERQUE VILARIM

ANÁLISES REGIONAIS EM PETROLINA – PE: TRANSFORMAÇÕES  
SOCIOECONÔMICAS E MIGRAÇÃO

RECIFE  
2016

MARIANA DE ALBUQUERQUE VILARIM

**ANÁLISES REGIONAIS EM PETROLINA-PE: TRANSFORMAÇÕES  
SOCIOECONÔMICAS E MIGRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan  
Gonçalves  
Coorientador: Dr. Wilson Fusco

RECIFE  
2016

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

V697a Vilarim, Mariana de Albuquerque.  
Análises regionais em Petrolina-PE : transformações socioeconômicas e migração / Mariana de Albuquerque Vilarim. – 2016.  
96 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Claudio Ubirantan Gonçalves.  
Coorientador : Wilson Fusco  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.  
Inclui Referências.

1. Geografia. 2. Agricultura. 3. Migração. 4. Agroindústria. 5. Política pública. I. Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Fusco, Wilson (Coorientador). III. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-149)

MARIANA DE ALBUQUERQUE VILARIM

**ANÁLISES REGIONAIS EM PETROLINA-PE: TRANSFORMAÇÕES  
SOCIOECONÔMICAS E MIGRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 18/07/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves  
(1º examinador– orientador – PPGeo/DCG/UFPE)

---

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros  
(2º examinador –PPGeo/DCG/UFPE)

---

Prof. Dr. Ângelo Antônio Macedo Leite  
(3º examinador– Engenharia de Produção/UNIVASF)

## AGRADECIMENTOS

Muito se poderia dizer numa seção onde o título é acrescido pelo plural. Restam dúvidas à hora da escrita se a extensão das linhas leva ao acerto ou condena ao constrangimento da memória. Ensaia-se. Espreme-se a cabeça. Escreve-se àqueles que sempre estiveram e estarão.

A Maria Elizabete Cicco de Albuquerque, minha mãe, falecida durante os dois anos nos quais esta dissertação se desenvolveu, que me ensinou tantas coisas sobre o céu e a terra que nem a cabeça mais aguçada, nem o papel mais timbrado, fariam jus à escrita.

A José Mariano Vilarim de Oliveira, meu pai, sempre exigente, mas sempre um porto seguro. A Katharina Esteves e Moacir Borges, meus irmãos, que, de uma forma ou de outra, se tornaram mais do que isso.

A Jorge Tavares, meu tio, meu tutor, meu maior crítico e, muitas vezes, a única pessoa que entende os meus devaneios e ansiedades acadêmicas. Estende-se a Ângela Tavares, minha tia, a Renata e Lorena Tavares, minhas primas, a vovó Consuelo, nossa matriarca, a Vera Albuquerque e Celane Camarão, tias, aos demais tios, tias, primos e primas. A Neide Gomes, que tanto cuidou e cuida. A melhor concepção de família que se pode ter.

A Claudio Ubiratan Gonçalves, que além de orientador, conferiu acolhimento, buscando integrar e ensinar coisas que não se aprendem na academia, mas nos muitos campos da vida.

A Wilson Fusco, que antes de coorientador ou orientador de iniciação científica, sempre foi disponível e generoso, despendendo tempo em muitos momentos, ajudando a pensar concepções, escritas, dados. Wilson, Jorge e Vera têm mãos na elaboração do pré-projeto de mestrado, através de intervenções reais e palavras de incentivo.

Aos companheiros e companheiras do LEPEC e do LECGeo, muitas amizades foram feitas, onde os assuntos acadêmicos eram, muitas vezes, postos em segundo plano. A Mercedes Sóla Perez, a Suana Medeiros, a Anamaria Medeiros, a Anderson Camargo, a Pietro Félix, a Bruno Halley, as nossas boas horas, sempre.

Aos melhores amigos do mundo que aguentaram pacientemente as angústias que atormentaram a minha cabeça durante esses dois anos. Especialmente a Pérola

Marina Guedes, minha melhor amiga, minha irmã; a Mateus Rafael, que ajudou em todos os momentos da elaboração do pré-projeto; a Carlos Portilho, pelas horas intermináveis de conversas; a Marcelo Lucena, mesmo distante, sempre presente. Aos meus e as minhas.

A Vanice Selva, Fernando Mota, Nilson Crócia, Nilo Américo, grandes professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e a conversar.

## RESUMO

O presente trabalho visa tecer considerações acerca do município sertanejo de Petrolina – PE e sua dinâmica migratória. Tal município se destaca, assim como Juazeiro – BA, dos demais, pois, em ambos, a presença do Estado, enquanto condutor de políticas públicas voltadas para a dinamização econômica, especialmente no que diz respeito ao espaço agrário, foi bastante forte, contribuindo para que houvesse transformações profundas no todo municipal. Salienta-se que tais políticas tinham um caráter regional que visavam romper com a forma de viver, de comercializar e de produzir historicamente construídas, pois eram tidas como arcaicas e responsáveis pela pobreza da população, sendo consideradas, portanto, antagônicas ao processo de urbanização e industrialização nacional, pretendido a partir da segunda metade do século XX. O Estado agiu, em princípio, na demarcação de terras que seriam doadas aqueles que tivessem condições de investir financeiramente na produção de culturas pré-determinadas. Posteriormente, atraiu investidores de diversas partes do País, a partir da concessão creditícia. Concretizou-se, assim, a aliança Estado-capital nos denominados Perímetros Irrigados, alicerçando os rearranjos socioeconômicos necessários para o fortalecimento do *modus operandi* de produção capitalista no espaço agrário. Ao mesmo tempo em que o município cresceu vertiginosamente, em termos econômicos, foi acentuada a questão agrária, dada a concentração de terra, a exacerbação de um modelo de produção específica, no caso, a fruticultura irrigada, a sujeição de muitos agricultores à renda da terra e ao estabelecimento da divisão social e territorial do trabalho, primeiramente, nas empresas agroindustriais, mas, a *posteriori*, expandida para os demais setores. A dinamicidade e as transformações concomitantes, no entanto, não se espalharam espacialmente pela região, com exceção de Juazeiro. Nesse sentido, constata-se que Petrolina foi alvo privilegiado da seletividade intrínseca às políticas públicas e ao interesse do capital, o que, por sua vez, influenciou o panorama migratório local, dada a atratividade que o município passou a exercer frente aos demais.

**Palavras-chave:** Petrolina. Agricultura. Migração.

## **ABSTRACT**

This study makes considerations on the countryside municipality of Petrolina-PE and its migratory panorama. This municipality is prominent, together with Juazeiro-BA, due to a strong presence of State government policies that have focused on bringing economic dynamism to the city, particularly with regard to the agrarian space, resulting in profound changes in the entire municipality. It is important to stress that such policies had a regional character aimed at breaking with the historically constructed way of living, marketing and producing, because these were regarded as archaic and responsible for the poverty within the population, and, therefore, considered as drawbacks to the national urbanization and industrialization process that was intended to take place in the second half of the twentieth century. The State acted by demarcating lands that would be donated to those able to financially invest in the cultivation of predetermined crops and, afterwards, it attracted investors from all over the country through credit granting. It was built, in this way, a State-capital alliance in the so called Irrigated Perimeter, basing socioeconomic rearrangements necessary for strengthening the *modus operandi* of this capitalistic production in the agrarian space. At the same time that the city experienced its rapid economic growth, the agrarian question was raised given other aspects such as land concentration, exacerbation of a unique production model, which in this case was irrigated fruit cultivation, subjection of many farmers to ground rent and the establishment of social and territorial division of labor, foremost in agro-industrial companies, but a posteriori expanded to other sectors. The economic dynamism and its concomitant transformations, nevertheless, have not spread spatially throughout the region, with the exception of Juazeiro. In this sense, it is clear that Petrolina was favored by the intrinsic selectivity of public policies and by the capital interest, which in turn influenced the local migratory panorama, given the attractiveness that the city began to exercise compared to the others.

**Keywords:** Petrolina. Agriculture. Migration.



## LISTA DE MAPAS

|                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 – Município de origem dos migrantes data fixa, segundo participação relativa por município. 1986 – 1991 ..... | 80 |
| Mapa 2 – Município de origem dos migrantes data fixa, segundo participação relativa por município. 1995 – 2000.....  | 82 |
| Mapa 3 – Município de origem dos migrantes data fixa, por participação relativa por município. 2005 – 2010.....      | 84 |

## LISTA DE QUADROS

|                                          |    |
|------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Teorias de aspecto micro..... | 34 |
| Quadro 2 – Teorias de aspecto macro..... | 36 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Área destinada à colheita (hectare) de manga e uva. 2011 – 2014.....                                                                | 61 |
| Tabela 2 – Valores de produção (mil reais) da manga e uva. 2011 – 2014.....                                                                    | 62 |
| Tabela 3 – Distribuição da população de Petrolina de acordo com as cinco principais atividades laborais. 2010 .....                            | 70 |
| Tabela 4 – Distribuição da população, de acordo com condição migratória. 1991, 2000, 2010.....                                                 | 72 |
| Tabela 5 – Distribuição da população local, exceto migrantes de última etapa. 1991, 2000, 2010.....                                            | 73 |
| Tabela 6 – Distribuição da população, exceto migrantes de última etapa, segundo condição de alfabetização. 1991, 2000, 2010.....               | 75 |
| Tabela 7 – Distribuição dos residentes empregados na agricultura, segundo condição migratória, de renda e alfabetização. 1991, 2000, 2010..... | 77 |
| Tabela 8 – Distribuição dos migrantes de última etapa empregados na agricultura, sob aspectos de renda e alfabetização. 1991, 2000, 2010.....  | 87 |

## **LISTA DE SIGLAS**

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CVSF - Comissão do Vale do São Francisco

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste do Brasil

Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

LECGeo - Laboratório de Estudos sobre Cultura, Espaço e Política

LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato

P.I. - Perímetro Irrigado

PIN - Programa de Irrigação Nacional

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

EU - Última etapa

UF - Unidade da Federação

## SUMÁRIO

|       |                                                                                  |    |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1     | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                | 13 |
| 2     | <b>PENSANDO A TEORIA: UMA BUSCA PELO ALICERCE TEÓRICO-METODOLÓGICO</b>           | 19 |
| 2.1   | REGIÃO E A AMPLITUDE DE UM CONCEITO                                              | 20 |
| 2.2   | SOBRE GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO, DEMOGRAFIA E MIGRAÇÃO                              | 29 |
| 2.2.1 | As expressões de um estudo                                                       | 30 |
| 2.3   | APORTE METODOLÓGICO                                                              | 38 |
| 3     | <b>A HISTÓRIA LOCAL: A PRETENSÃO DE UMA SÍNTESE OU O CHAMADO A UMA RELEITURA</b> | 41 |
| 3.1   | A OCUPAÇÃO PELO COLONIZADOR                                                      | 42 |
| 3.2   | DA PASSAGEM DE JUAZEIRO A PETROLINA                                              | 46 |
| 3.3   | A INTERVENÇÃO DO ESTADO EM PETROLINA E O PODER VERTICALIZADO                     | 48 |
| 3.3.1 | Os novos contornos do/no campo                                                   | 55 |
| 3.4   | A ECONOMIA DA NOVA PETROLINA                                                     | 60 |
| 4     | <b>IDAS E VINDAS À PETROLINA: DIZERES SOBRE A MIGRAÇÃO LOCAL</b>                 | 66 |
| 4.1   | PETROLINA EM 2010: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS                                    | 68 |
| 4.2   | MIGRANTES EM PETROLINA                                                           | 71 |
| 4.3   | MIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA: A MIGRAÇÃO RECENTE                                    | 77 |
| 5     | <b>CONCLUSÃO</b>                                                                 | 88 |
|       | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                               | 91 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho assenta-se no estudo de Petrolina, município sertanejo situado no oeste do Estado de Pernambuco, buscando compreender através de seus aspectos econômicos e históricos, o fenômeno migratório local. Petrolina, no entanto, não deve ser encarada apenas sob fatores associados ao aspecto humano, pois sua estruturação atual está diretamente ligada à sua localização geográfica privilegiada pela aproximação com o rio São Francisco e por ser área de depressão sertaneja, ou seja, de fácil acesso para pessoas que não dispunham de transporte.

Contudo, antes de tratar, de fato, daquilo que se presta à análise, gostaria de tecer considerações, em forma de síntese, da trajetória acadêmica de quem escreve, pois, assim, se explicita o porquê desta pesquisa e, por conseguinte, como se deu a elaboração da mesma.

Com origem na capital do Estado de Pernambuco, Recife, ingressou em 2006 no curso de graduação em Geografia bacharelado na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Em princípio, tinha interesse nas questões agrárias, mas, por só vir a ter contato acadêmico com a temática no segundo ano do curso, se distanciou do tema e passou a interessar-se pela Educação Ambiental, EA, disciplina ministrada pela professora Vanice Selva. As questões referentes ao meio ambiente, no âmbito da EA, passaram a constar como prioridade em seus estudos. Neste período, foi monitora por duas ocasiões da disciplina, participando de oficinas e eventos na área.

Já na segunda parte da graduação, houve a oportunidade de fazer iniciação científica na Fundação Joaquim Nabuco, onde a migração apareceu enquanto assunto de interesse. O projeto previa um estudo migratório cujo recorte territorial fosse o Nordeste, a iniciação culminou com o projeto *Regiões Metropolitanas do Nordeste e a migração de retorno*, sob orientação de Wilson Fusco, coorientador do atual trabalho. Essa pesquisa serviu de base para a monografia orientada pelo professor Fernando Mota.

Assim, migração passa a ser o objeto de principal interesse. Estudar o Nordeste, sob aspectos sociodemográficos, configurava-se enquanto uma descoberta para além das leituras bibliográficas e dos trabalhos de campo, pois trazia consigo inúmeros dados que, lançados na ferramenta adequada, o SPSS, *Statistical Package for the Social Sciences*, possibilitavam uma leitura incontestável

de um panorama ampliado acerca do Nordeste; em outra ferramenta, o Excel, tais dados eram trabalhados de forma a transformá-los em relativos, ou seja, em proporções, ajudando na compreensão da representatividade das partes que compunha o todo; posteriormente, com o uso de um terceiro programa, o PhilCarto, se elaborava mapas temáticos. O trabalho teórico e quantitativo parecia se materializar nas tabelas criadas e nos mapas feitos. Porém, para além da forma de se desenvolver as análises, os estudos populacionais exigiam um pensar amplo, através de um jogo de escalas que não se encerravam e exigiam constantes visitas à teoria.

Escapou à graduação, portanto, a questão agrária que, de certa forma, condicionou a escolha do curso à época do Vestibular. A vontade de estudar as particularidades do mundo agrário, no entanto, nunca foi deixada totalmente de lado. Após cinco anos da obtenção do título de geógrafa, houve a vontade de retomar os estudos. Nessa ocasião, foi incorporada ao Laboratório de Estudos sobre Cultura, Espaço e Política, LecGeo, participando do Núcleo de Estudos do Espaço Agrário, Agroecologia e Campesinato, hoje, Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato, LEPEC, situado na UFPE.

Assim, da retomada aos estudos e das leituras feitas no Laboratório, surgiu a ideia de se trabalhar com Petrolina, um local diferenciado dentro de Pernambuco por conta das intervenções, de cunho estatal e privado, que tomaram forma no município. A junção com a questão migratória se deu de forma natural, por conta da prática e do interesse na temática, e por conta da vontade do orientador e do coorientador que se dispuseram a pensar o município sob estes vieses.

A pesquisa, então, tinha certo caminho a ser trilhado, porém, nos dois anos nos quais ela foi pensada, alterações foram feitas. O primeiro projeto englobava estudos qualitativos que visavam responder questões de gênero e não salientavam as políticas públicas assentadas no município. No entanto, a partir de uma ida ao campo, observou-se que seria mais viável redirecionar o estudo, privilegiando outros aspectos e postergando, para outro momento, a problemática de gênero. Sobressaindo aos percalços de qualquer pesquisa, a Dissertação tomou a forma que se segue.

As linhas que se tecem adiante têm o intuito de refletir sobre a regionalização do município, enquanto projeto estatal de integração e modernização nacional, que reverberou de forma acintosa em Petrolina, mas, também, em alguns municípios do

Vale do São Francisco. A reestruturação socioeconômica, advinda deste ensejo federal, culminou com transformações significativas ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1960. Porém, foi em períodos anteriores a este que se desenhou no imaginário nacional a ideia de sertão enquanto terra parca, onde seus poucos habitantes viviam em situação de constante desamparo, castigados sazonalmente por secas alarmantes.

Naquele momento, a Coroa ou o Estado pouco se faziam presentes, sua presença se personificava em senhores ricos, mantenedores da ordem e, também, proprietários de extensas terras. O primeiro deles, aliás, no século XVIII, foi considerado o maior latifundiário da nação. As terras que se perdiam de vista sob uma única voz de comando, calavam todos os outros moradores, os não proprietários, em sua maioria pobre e mestiça e escondiam os desmandos praticados.

Se as ações do Estado tomavam forma a partir de outros agentes, elas foram bastante sentidas com o lançamento da Lei de Terras que data da metade do século XIX. Esta Lei repercutiu em todo o espaço agrário nacional, pois consagrou e perpetuou as estruturas arcaicas e desiguais de gerir a propriedade fundiária e, de certa forma, a economia de municípios com características predominantemente rurais. Com ela, o direito à propriedade associou-se, diretamente, a questão financeira do proprietário, ou seja, só possuía terras, quem possuísse dinheiro para comprá-la. Desta forma, aprofundaram-se as questões agrárias, pois os mais ricos foram privilegiados pelo Estado e os mais pobres foram relegados a condição de parceiro ou arrendatário do latifundiário, onde a relação tende a ser desigual; outros sujeitos tornaram-se ocupantes de terras, vivendo durante gerações sem o direito ao reconhecimento de sua propriedade.

Foi necessário tempo e, sobretudo, interesse do Estado e do capital privado para que o passado local assentado na pecuária extensiva que, com o passar dos anos, se tornou, cada vez mais, decadente e no comércio, geralmente, de curto alcance, tudo isto associado a uma riqueza concentrada e a uma pobreza generalizada, dessem lugar a uma espécie de oásis, onde os canais construídos transportavam água e vida ao solo de sequeiro, esperança à população pobre, sentimento de pertencimento a uma nação urbana que, finalmente, parecia ter encontrado a resposta para os problemas do semiárido.



O Estado parecia importar-se, estradas foram abertas aos montes, conectando Petrolina às vizinhas e às cidades mais distantes; na década de 1960, a cidade poderia se conectar com locais ainda mais afastados, por conta da abertura do aeroporto; escolas foram construídas e um *campus* da Universidade estadual, a infraestrutura foi, em muitos lugares, melhorada, construíram hospitais e enormes parcelas de terra plantavam variedades de culturas; os investimentos alcançavam o município através de variados órgãos estatais. Havia um campo de obras, ou melhor, uma cidade em obras.

A propaganda estatal vendia a Manchester sertaneja, a Califórnia do sertão, o paraíso empresarial agrícola que só o era pelos créditos concedidos e pelas terras doadas em demasia. A aliança Estado-capital se consagrou a partir da criação de Perímetros Irrigados, P.I.'s, que se conformaram através da desapropriação de terra que, posteriormente, contou com uma infraestrutura específica para o seu funcionamento. Sob ele, se viabilizou a ruptura com a agricultura majoritariamente diversificada e de distribuição de curto e médio alcance que existia *a anteriori*, conferindo condições para uma maior mercantilização da produção, introduzindo novas culturas, desenvolvendo novas técnicas de produção, armazenagem e distribuição, avançando para mercados mais distantes, chegando até o além-mar. No entanto, a população, na sua maioria, permanecia à míngua. A nova agricultura beneficiava, muitas vezes, os já beneficiados. O verde das fazendas se contrapunha aos meses de chuva concentrada que os demais agricultores tanto ansiavam; as terras foram sendo concentradas em poucas mãos, as mãos que se somavam sob um único sobrenome, por sua vez, via seus sítios escassearem.

Todo o processo que se alicerçou, sob as bases do Estado, foi seletivo, a própria Petrolina é fruto dessa seletividade que a colocou sob o foco da luz. Tal seletividade culminou para um crescimento local bastante expressivo e o novo ideário criado atraiu migrantes de várias partes do país, mas, principalmente, de municípios próximos, onde o Estado manteve-se agindo de forma pontual.

Com isto em vista, a hipótese lançada visou discorrer sobre as transformações locais ocorridas, sob a égide do Estado e do capital, especialmente no mundo rural, que reverberaram no fenômeno migratório a partir da década de 1980.

Compreende-se que, para tal intento, faz-se necessário um exercício constante entre o passado e o presente de forma a alicerçar aquilo que se propõe. Sendo assim, os objetivos específicos foram:

- Investigar a história local para compreender as relações de poder estabelecidas e, de certa forma, perpetuadas na concentração agrária vista no século XX;
- Compreender como as políticas públicas, no século XX, aplicadas no município, reverberaram nas transformações locais, especialmente no tocante ao mundo rural, criando um *locus* agrícola diferenciado nacionalmente; e
- Tratar a questão migratória, sob vieses sociodemográficos, visando investigar os processos do fenômeno, assim como, os indivíduos que migram.

Assim, o presente trabalho visa correr considerações desta ordem, estruturado em três capítulos.

O primeiro deles investiga um campo mais teórico, elaborado pela necessidade de se conhecer pesquisas anteriores acerca da categoria privilegiada no estudo (a região), e de se conhecer as análises realizadas por estudiosos variados enquanto objeto da Geografia da População, da Geografia Regional e da Demografia, no tocante à região e à migração. Em seguida, trata-se da questão metodológica utilizada.

O segundo capítulo intitulado *A história local: a pretensão de uma síntese ou o chamado a uma releitura* foi pensado com o objetivo de refletir sobre a formação da cidade, o que auxiliou na compreensão das relações de poder que se estabeleceram ao longo dos anos entre os senhorios que, posteriormente, foram chamados de “coronéis”, os variados sujeitos (indígenas, ribeirinhos, vaqueiros etc.) e o Estado que intensificou o interesse na região durante o século XX. Esse jogo de poder, em escalas variadas, contribuiu para a incorporação da cidade a um sistema globalizado de viés mercadológico, que condicionou uma reestruturação agrária e econômica bastante ampla, dinamizando economicamente a localidade. Porém, tal processo se deu de forma hostil a partir da implantação de Perímetros Irrigados e da tecnificação agrícola. Os agricultores, os colonos e o empresariado, que lá se estabeleceram, tiveram tratamentos diferenciados dados pelo Estado, seguindo uma classificação de renda.

Dado o rápido crescimento econômico e a espacialidade restritiva advinda com as medidas estatais e privadas que tomou forma em Petrolina e em Juazeiro, o município passou a atrair migrantes interessados, na maioria das vezes, em se empregarem nas empresas locais. O que, por sua vez, gerou um incremento populacional significativo. Nesse sentido, observa-se que há uma corrente migratória voltada para o município objetivado. Visando discorrer sobre o fenômeno migratório local, o terceiro capítulo foi pensado.

Revela-se, assim, que, no caso de Petrolina, o projeto de integração nacional privilegiou certas localidades dentro da região sertaneja. Desta forma, muitas pessoas das demais localidades, interessadas em trabalhar nos novos empreendimentos se dirigiram para Petrolina, conferindo sentido a uma parcela significativa dos fluxos migratórios, pois o trabalhador sem oportunidade de emprego em sua cidade natal, por vezes, aceita condições insatisfatórias de trabalho em troca de salários ínfimos. Tal fato confere uma “causa” à migração e um “estigma” a muitos migrantes locais.

## 2 PENSANDO A TEORIA: UMA BUSCA PELO ALICERCE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A temática apresentada de forma sucinta na introdução geral deste trabalho indica um caminhar que tem como desafio ir além do olhar pragmático e contaminado da autora no instante do ato, da vivência, do trabalho de campo. Confundem-se as ideias na cabeça e na escrita. E é a partir de uma miscelânea de momentos, de idas e vindas no processo acadêmico que se busca agora conferir certa concretude teórica e metodológica que alicerce a proposta inicial e final da análise. Nesse sentido, privilegia-se um primeiro capítulo desenhado no corpo físico do gabinete e da biblioteca. Aqui, as categorias utilizadas foram selecionadas, portanto, são apresentadas de forma parcial, a caber no trabalho.

Dessa forma, busca-se, primeiramente, explicar sobre a categoria região, pois se torna claro que, apesar de o estudo se pautar em uma análise do local, o município se tornou elemento ativo e passivo de um projeto cujas ações foram multiescalares e, desta forma, se torna necessário certo rompimento com um tipo de estudo de caso, cujo olhar seja focado apenas para o interno.

Em princípio, parte-se da ideia de que a categoria selecionada, a região, foi concebida e encarada de forma bastante variada ao longo dos séculos. As teorias criadas, de certa forma, se influenciaram, ora para corroborar com a ideia primeira, ora para rechaçar o que havia sido afirmado anteriormente. Nesse sentido, há uma conexão que não se esvai no tempo entre os muitos entendimentos a respeito do conceito utilizado atualmente.

O desafio de um mergulho histórico, portanto, se faz necessário, pois se acredita que, no exercício desta busca, além da ampliação do horizonte do próprio pesquisador sobre o tema, há uma concatenação das ideias iniciais que indicaram a utilização da categoria. Não há aqui uma pretensão de discussão epistemológica, mas a reflexão sobre um saber já construído em cima do trabalho de Haesbaert (2014). Esse trabalho foi escolhido, em princípio, pela sabida contribuição que o autor tem realizado sobre o estudo da categoria região, e mantido enquanto guia principal do pensamento por conta da preocupação epistemológica do mesmo.

Busca-se indicar qual o conceito alimenta a pesquisa, ou seja, qual é o entendimento, a partir do estudo da arte, que se acredita ser mais pertinente à proposta primeira. O nosso ponto de partida é o de que há um mundo de

significados e de significâncias que condicionam à análise regional e, antes dela, a própria leitura acerca da região. Assim, recorre-se a Haesbaert (2014, 1999), Servilha (2015) Lisboa (1997), dentre outros.

A *posteriori* investiga-se o desenvolvimento dos estudos populacionais e sua relevância histórica. O objetivo é contextualizar as variadas formas de se produzir conhecimento científico sobre o tema e conferir certa base ao estudo desenvolvido. Para tal, recorre-se a Malthus (1970) e Ravenstein (1980), considerados referências históricas para a temática, e ao trabalho coletivo de Santos et. al. (2010), pois comporta uma miscelânea de perspectivas a respeito das pesquisas migratórias e do conceito de migrante.

Por fim, a escolha da metodologia é apresentada. Esta foi pensada através dos objetivos do trabalho e dos materiais quantitativos disponíveis pelo sítio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sendo assim, busca-se utilizar variáveis numéricas diversas, com o intuito de compreender o universo daqueles que nasceram em Petrolina e dos demais sujeitos que lá residem.

## 2.1 REGIÃO E A AMPLITUDE DE UM CONCEITO

A primeira constatação a respeito do termo região, não a respeito da categoria geográfica, assenta-se na polissemia que o mesmo possui (HAESBAERT, 2014; GOMES, 2012). Região pode ser entendida a partir da forma latina original do termo, ou seja, *regere*, indicando a regência de uma dada localidade por outra. Gomes (2012) aponta que *regere* designava um recorte espacial que era regido ou gerido pelo Império Romano. Porém, com o passar dos anos, a região distanciou-se do sentido político atrelado a ela, abarcando relações de poder, o que fez, de forma relativa, com que o conceito perdesse espaço nas discussões geográficas voltadas a esfera política (HAESBAERT, 2014).

No entanto, antes de abordar a região sob viés político, discorre-se, em forma de síntese, sobre algumas das variadas acepções a respeito da região, assumindo saltos históricos.

Haesbaert (2014) toma, enquanto ponto de partida de sua análise, a ideia trazida por Ptolomeu, no Egito Antigo. Apesar de se distanciar dos dias atuais de forma profunda, este autor parece ter indicado o caminho do estudo acerca da temática durante vários séculos seguintes. Para Ptolomeu, a geografia consistia no

estudo que evocasse as leis mais gerais da Terra, onde a Terra seria o objeto, conferindo contornos mais abstratos e quantitativos à análise; a especificidade do estudo em geografia se daria pela chamada corologia, preocupada com a unidade, o específico, o regional, contendo uma preocupação mais qualitativa. Observa-se que a corologia seria, então, o primeiro nome dado a Geografia Regional e que, para além de uma distinção entre aspectos físicos e humanos, a compreensão da região era apresentada como parte integrante e, ao mesmo tempo, como uma fragmentação do estudo geográfico. Esta divisão entre as geografias, geral e regional, vai condicionar muitos debates *a posteriori*, sendo apontada como entraves teóricos na afirmação da ciência geográfica.

Na retomada das discussões sobre o conceito, à época da cientificidade cobrada pelas análises científicas em diversas áreas, as contribuições de Ritter vêm à tona. Ele é considerado por muitos o “pai fundador” da Geografia Regional, pois enfatizava o caráter corológico de seus estudos, organizando as informações geográficas de acordo com a corologia e suas relações coerentes. “Vê-se em Ritter, assim, a preocupação em trabalhar com a Geografia Regional através da especificidade do inter-relacionamento de fenômenos ou elementos gerais em cada área (ou região)” (HAESBAERT, 2014, p. 31).

A partir de Ritter e da consistente tarefa em organizar os dados coletados e informações pré-existentes, surgiram autores diversos que pautaram seus trabalhos no que consideravam um aprimoramento da organização ritterniana. Houve uma multiplicação de visões assentadas na diferenciação de áreas, dentre elas a de La Blache, onde a região era “algo vivo”, uma “individualidade” ou uma “personalidade geográfica”; a de Hartshorne, entendida enquanto um constructo intelectual, podendo variar de acordo com os objetivos do pesquisador; e a de Sauer, onde a “A geografia regional é morfologia comparada, o processo de comparar paisagens individuais em relação com outras paisagens” (HAESBAERT, 2014, p. 32).

Com as novas correntes que se firmaram no século XIX, como o marxismo, o neopositivismo e, no século XX, como o globalismo, muitas contribuições às variadas análises surgiram, inclusive referentes à região.

No neopositivismo, sustentado por raízes alemãs e francesas, a figura que mais se destaca é Schaefer. Parte de sua contribuição ao debate se dá na crítica tecida à corologia. Para ele, existia uma sobrevalorização do regional que sobrepujava o estudo sistemático. Porém, este autor não abandona o conceito, mas

propõe uma categorização dos elementos regionais através de classificações, em vez de diferenciações. Contudo, a proposta trazida por Schaefer reduz a regionalização a uma escolha metodológica do pesquisador. Grigg, um estudioso que segue o caminho traçado por Schaefer, sugere que em vez de assentar a região nas classificações por semelhança, o método deveria propor a classificação sob aspectos de diferenciação. Assim, no neopositivismo clássico, dois métodos concorrem entre si: o indutivo por agregação e o analítico por subdivisão.

Um problema que aparece no cerne da crítica ao neopositivismo clássico de Schaefer e Grigg consiste no entendimento do próprio conceito: para eles a região aparece como sinônimo de área, apresentando uma forma bastante simplificada daquela que foi apresentada pela geografia tradicional; além disso, as análises não dão valor ao trabalho de campo, considerando as fontes estatísticas e matemáticas como mais objetivas. Para contrapor os problemas encarados pelos neopositivistas, porém não rompendo com a proposta em si, se fundamenta o neopositivismo funcionalista, caracterizado por inspiração lablacheana, onde o espaço era entendido através de fluxos, em que cada parte ou subsistema desempenha funções específicas. Essa visão é inspirada em Christaller.

Já a concepção de região a partir do olhar crítico marxista revisita o conceito atrelando-o às ideias de luta de classe e ao entendimento de que haveria localidades historicamente hegemônicas e historicamente subordinadas. Gramsci, expoente desta corrente, esclarece que a região deveria ser entendida a partir da efetiva organização e reprodução dos grupos sociais, onde o bloco histórico, ou seja, regional, constrói uma hegemonia num sistema integrado pelo sistema hegemônico que é, por sua vez, dirigido por uma classe. Já Lipietz assenta seu conhecimento em um sistema de produção, forma e base de alianças entre as classes dominantes. Smith, por sua vez, afirma que o capitalismo promove a diferenciação/desigualização regional, concomitantemente à homogeneização e à padronização.

No Globalismo Pós-Moderno há uma nova forma de ver a região, lançando-a a luz da supressão espaço-temporal. Contudo, nessa perspectiva, o que se privilegia é o espaço físico micro, em detrimento ao meso. “Elas aparecem no bojo da ‘virada’ promovida pelas chamadas políticas da diferença que vêem o mundo muito mais híbrido, complexo, multifacetado, contraditoriamente ao mesmo tempo mais fragmentado e mais conectado.” (HAESBAERT, 2014, p.59)

No Brasil, a Geografia Regional tem vários expoentes, onde os estudos elaborados apresentam preocupações associadas à própria divisão macrorregional nacional, tendo em vista as diferenciações socioeconômicas existentes. Assim, autores como Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado e Tânia Bacelar Araújo, tecem importantes linhas sobre o problema regional, especialmente o nordestino. Ora o olhar dos pesquisadores assenta-se numa comparação de índices e dados da região Nordeste com as demais, trabalhados de forma a questionar a concentração de riquezas nas regiões Sudeste/Sul, ora questionam as disparidades internas deste todo, focando os problemas das zonas semiáridas, agrestinas, da mata e litorânea. Este pensar se deu de forma crítica e serviu para ampliar as bases dos estudos sobre a própria formação territorial nacional e as políticas desenvolvidas no século XX. Tais pesquisadores são mobilizados neste trabalho.

A Geografia Regional nacional foi bastante utilizada como meio para compreender os grandes fluxos migratórios, pois as disparidades socioeconômicas entre as localidades suscitavam estudos de mesoescala, como os realizados por Andrade (1988) e por Melo (1980). Sob esta mesma perspectiva se somaram estudos de autores de diversas áreas que discorriam sobre os locais de saída expressiva de migrantes assumindo-os enquanto *locus* dispersores ou expulsivos, como a região semiárida do Nordeste, e sobre os locais atrativos, como a cidade de São Paulo – SP, que historicamente recebe contingente de pessoas advindas de variadas localidades. Um exemplo deste tipo de estudo foi o elaborado por Singer (1980) e por Graham em parceria com Hollanda Filho (1980).

Em suma, constata-se que a região aparece na literatura especializada como sinônimo de área que privilegia um recorte territorial realizado pela diferenciação ou pela similaridade de fatores geográficos, biológicos, paisagísticos; como *locus* da ação política voltada a um conjunto de localidades, fazendo parte de um projeto hegemônico de poder verticalizado; como o estudo que engloba microlocalidades, no qual os detalhes observáveis não devem ser ignorados, mas considerados enquanto parte relevante de um todo, abrangendo escalas maiores e menores. No entanto, se há variação de concepção e, portanto, de método no pensar regional, constata-se uma linearidade, na escala temporal, da relevância do conceito para a própria Geografia e para as ciências afins e é, no próprio pensar analítico acerca do tema, que a região se expande e volta a adquirir significado político, tanto para o Estado, quanto para os movimentos sociais, para a sociedade organizada etc.



passando a incluir no seu cerne significados referentes a um ideário, aparecendo enquanto parte de um projeto, mas, também, simbolizando uma identidade regional e resistência.

Assim, compreende-se que a Região-conceito, de recorte territorial complexo, não deve afastar-se da região “vivenciada”, ou seja, do local de moradia, que abarca as transformações socioeconômicas de um conjunto de localidades, cujas fronteiras são fluidas no cotidiano de seus habitantes; estes veem seus bairros e o centro comercial das suas cidades, cada vez mais, interconectados com outros, conferindo sentido à mobilidade humana diária. Ao mesmo tempo, a região não deve escapar ao contexto (in)visível que permeia os projetos dos gabinetes estatais, isto é, as novas categorizações ou subdivisões que são criadas para responder a um fim, geralmente politicoeconômico.

No sentido “vivenciado” do termo, região aparece enquanto algo dado, preexistente ao sujeito que o vive. Assim, a vivência se dá a partir da criação de um discurso homogeneizador/homogeneizante externo sobre um conjunto de localidades e, conseqüentemente, sujeitos variados que respondem de formas, obviamente, variadas à concretização regional posta. No entanto, a região se faz presente no discurso de identificação do sujeito para com o local onde reside, trabalha, passeia, para com a paisagem que vê em seu percurso e para com o Outro.

Compreende-se que o pensar regional apresenta uma complexidade bastante significativa, pois o recorte comporta, em escala média, similaridades e singularidades que abrangem aspectos históricos, sociais, econômicos, de identificação e de identidade. Assim, constata-se as particularidades que a condensam e conferem caráter de fluidez nas trocas econômicas e intercâmbio cultural constante com regiões vizinhas, por exemplo; reconhecendo, contudo, que tais correspondências não encerram as diferenciações intrarregionais. O desafio do estudo regional se lança desta forma, pois necessita de um olhar constante para dentro e para fora da região, buscando compreender as determinações sócio-históricas em perspectiva do todo regional, mas sem desconsiderar o lado *sui generis* do local e do vivido, precedendo a sua institucionalização. No estudo geográfico abarca um recorte territorial diferenciado, sendo “(...) um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológica-cultural e

representatividade política, articulado em função de interesses específicos” (HAESBAERT apud HAESBAERT, 1999).

Contudo, a ideia de regionalização que aparece na História nacional, não reconhece a esfera da vivência, pautando-se em um viés mercadológico, ou seja, nomeando um conjunto de localidades a partir da “razão de ser” econômica. A regionalização apresenta, então, caráter dicotômico, pois fragmenta e integra. A fragmentação se dá na simples diferenciação, na delimitação do recorte territorial; a integração aponta que tal recorte pertence a um todo, é parte de uma totalidade. A fragmentação cria uma divisão entre aquilo que me pertence e aquilo que lhe pertence, cria também a determinação desse limite. O sujeito passa a ser nordestino ou sulista, por exemplo, diferenciando um do outro e ligando-o a um “pacote de reconhecimento regional”, ou seja, ao sotaque, ao tipo de alimentação, a vestimenta. Por sua vez, a integração o unifica, chamando-o de brasileiro e o insere no contexto da nação.

Apreende-se que a institucionalização gera, concomitantemente, um discurso e um *modus operandi* específicos que visam à generalização de uma forma de pensar e de agir sob a égide estabelecida de fora para dentro (da criação) da região. Tal institucionalização encontra correspondência em um projeto político e/ou econômico, como pondera Raffestin (1993). Para este autor, o modo de produção vigente necessita que haja uma redefinição das unidades territoriais, pois as malhas desenhadas pelo Estado não são as ideais para o capitalismo. Ou seja, há uma concatenação entre os novos recortes espaciais e o avanço capitalista no mapa.

Em termos práticos, tal fato pode ser observado a partir da regionalização que tomou forma no Brasil no segundo quartel do século XX. Constata-se que, no século anterior, o País era dividido em duas partes: a Norte e a Sul. Lisboa (2007) e Servilha (2015) recorrem a Albuquerque Jr. para destrinchar o processo de separação ou reformulação da estrutura territorial nacional. Eles constatam que, no discurso do Estado, o Norte viveu tempos de esplendor nos séculos anteriores ao XIX, porém, era, *a posteriori*, visto como refém da estagnação socioeconômica. Parte desse “problema social e econômico” consistia na existência de períodos de estiagem e secas na área mais a oeste da região, à exceção do próprio litoral e da zona da mata, “(...) naquele contexto, a região surgia como a parte do Norte sujeita às estiagens” (LISBOA, 2007, p. 95). Contudo, é apenas em 1940 que o IBGE institucionaliza a região Nordeste (LISBOA, 2007).

O Brasil foi dividido, à época, em cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste e Sul (GASPAR, 2011). Em 1950, foi incorporado à região Nordeste os Estados do Maranhão e do Piauí que, até então, faziam parte da Norte e, em 1970, o Estado da Bahia, que fazia parte da Leste (GASPAR, 2011). A atual configuração da divisão macrorregional abrange cinco regiões, sendo elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O Nordeste, por sua vez, é composto por nove estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí. Observa-se que, neste desenho territorial, a região é intrinsecamente política. Gonçalves constata que no interior da institucionalização “(...) ele [o Estado] corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra o mapa (o gabinete) e não o território (a realidade)” (GONÇALVES, 2008, p. 253).

Albuquerque Jr. (*apud* LISBOA, 1997) aponta, então, que o Nordeste é filho das secas, ou seja, é a partir de uma questão regional climática que se reconfigura a divisão macrorregional do Brasil.

De forma a ignorar as vicissitudes e particularidades regionais, do Norte e do Sul, a reestruturação territorial nacional visou estabelecer uma fragmentação do espaço com o intuito de colocar em prática um planejamento político e econômico de modernização, urbanização e integração do País. Tal fato reverberou de forma importante no todo nacional, seja por conta da negação de constrangimentos na criação das novas regiões, onde os espaços nacionais escaparam a qualquer problematização de cunho social, cultural e econômico, seja por conta do processo ter se dado de forma vertical, sem participação da população, seja pela massiva investida do capital público e privado que se viu posteriormente.

Quanto ao Nordeste, pode-se dizer que a recém-criada região foi, com o tempo, inundada por órgãos, projetos e programas de caráter regional/local, sob o comando do poder federal, tornando-se *locus* direto das ações do Estado e do capital privado. Parte da região semiárida, inclusive aquela onde se encontra Petrolina, não escapou à reestruturação apregoada. E foi nela que muitas dessas mudanças se deram de forma profunda, pois o tecido socioeconômico local era mais tradicional do que o encontrado nas capitais estaduais, por exemplo.

Todavia, onde o capital se instala se transforma, ou melhor, se transformam as relações existentes de forma ampla. Se alguns sujeitos escapam à lógica da aliança Estado-capital, outros são sujeitados por ela. A partir de um exemplo hipotético propõe-se refletir sobre tais transformações com um olhar mais voltado ao

local, ou seja, privilegiando um contexto municipal: supõe-se que, em uma dada localidade, os muitos residentes dividir-se-iam em atividades laborais comuns à região, pode-se pensar que existiria 70% da população desenvolvendo atividades relativas à agricultura, 25% encontrar-se-iam no comércio e 5% em alguma atividade industrial ou agroindustrial, como o beneficiamento da cana-de-açúcar. Os frutos destas atividades alimentariam o mercado local e alguns municípios vizinhos. As relações empregatícias teriam correspondência histórica, muitos seriam meeiros, parceiros, arrendatários, pequenos comerciantes etc. e os vínculos empregatícios se configurariam de forma mais maleável. O tempo das coisas seria o tempo necessário à produção, à comercialização, à vivência e convivência para além do trabalho.

Sustentar-se-ia, então, um modelo operante dentro do tecido social e econômico<sup>1</sup>. Em um dado momento temporal, ou evento, o município passaria a ser alvo de empreitadas estatais que, em princípio, se baseariam na diversificação produtiva local/regional, buscando integrar parte da população ao tipo de produção pensada para a região, como o cultivo de tomate, por exemplo. Para tal, se reservaria um amontoado de hectares, a partir da desapropriação de antigos moradores, e o estruturaria com água, luz elétrica, estrada etc.. Nesse ponto, porém, haveria uma mudança na direção do pensamento dos agentes estatais, que passariam a vislumbrar que a dinamização econômica só se daria tendo o capital privado enquanto parceiro principal. O Estado criaria, então, políticas de atração do empresariado, concedendo lotes e crédito. A empreitada funcionaria e se somaria ao tomate outros tipos de colheitas, como a cebola e a cenoura, alimentos de alto valor no mercado.

Em um período curto, de dez ou vinte anos, a localidade seria vendida pelo *marketing* empresarial e estatal como sendo propício a negócios agrícolas de alta lucratividade. Chegaria mais empresários, parte do comércio se adaptaria para responder às demandas criadas pelo tipo de produção que exigiria insumos e tecnologia. Chegariam, também, ao município, pessoas advindas de outros pontos do país com o intuito de empregar-se.

Com a intensificação da nova forma de produção e com a dinamização do comércio e dos serviços, haveria um redirecionamento das práticas relacionais entre o empresariado, o empregado, o agricultor, o comerciante e, assim, sucessivamente.

---

<sup>1</sup> Salienta-se que se extrai, desse exemplo, os meandros das variadas relações, mesmo concebendo-as como imanentes ao poder, ou seja, dissimétricas.

Nesse contexto, as formas de interação entre as diversas partes do tecido social seriam alteradas, seja em uma escala macro, que envolveria a casa e o sítio de um agricultor, seja numa escala um pouco menor, envolvendo uma empresa e seus muitos funcionários.

Criar-se-iam aí novas relações no mundo do trabalho que refletiriam direta e indiretamente na vida das pessoas. Se antes o agricultor buscava trabalhar para si, os novos produtos e a nova dinâmica local, pautada, dentre outras coisas, numa expansão espacial, comprimiriam as propriedades já existentes, e na medida em que as empresas se instalassem e se fortalecessem, geraria um aumento no custo de vida ou um empobrecimento relativo daqueles que lá residiriam, dada a circulação de dinheiro e a chegada de produtos industrializados e supermercados. Para sobreviver a tal empreitada, o agricultor passaria a vender sua força de trabalho de forma permanente, isto é, abandonando a própria produção, ou apenas em períodos de safra, com o objetivo de complementar a renda. O mesmo poderia ser visto ao se tratar do pequeno comerciante, que retraina o seu comércio, por conta da concorrência que passaria a existir.

A partir deste panorama, pode-se refletir sobre a tese de Tomaz Jr. (2009) que discorre a respeito do mundo do trabalho e sobre o trabalho enquanto categoria geográfica de análise. O autor, apoiando-se em textos marxianos e em diversos pesquisadores da escola alemã, pondera acerca das formas de trabalho e as formas empregatícias crescentes na atualidade. Para ele, se faz essencial, em princípio, estabelecer a diferenciação entre trabalho abstrato, de onde se extrai o valor de troca, e trabalho concreto, mais associado ao valor de uso. No exemplo acima, poder-se-ia dizer que o trabalho concreto seria aquele realizado em espaços para além daquele onde os novos empreendimentos se estabeleceram. Dar-se-ia, portanto, nos sítios dos agricultores, nos pequenos comércios etc., onde o produto do trabalho seria comercializado ou trocado, muitas vezes, pelos próprios produtores, havendo poucos atravessadores; a produção geraria, então, além da própria troca, o dinheiro. Tal dinheiro teria uma circulação quase sempre curta, permanecendo no mesmo município ou em municípios do entorno.

Por sua vez, o trabalho abstrato seria aquele fortalecido a partir da dinamização econômica. As empresas estabelecidas na região passariam a contratar a mão de obra necessária ao seu funcionamento. Concorreriam, entre si, dois modelos: o primeiro assentado na agricultura camponesa existente, mas

minguada pela expansão do modelo produtivo territorializado; e o assalariamento de pessoas que produziriam para as empresas, recebendo em troca parte do produto de seu trabalho em forma de dinheiro. O dinheiro gerado do total produzido na empresa se transformaria em capital e avançaria sobre as fronteiras do local, sendo transferido para as sedes empresariais, muitas vezes localizadas em regiões mais distantes. Da mesma forma, a produção também alcançaria mercados mais afastados, o que, para tal, sugere maneiras específicas de armazenagem e de distribuição, reverberando, acintosamente, na divisão social e territorial do trabalho. Nesse momento, o tempo das coisas estaria diretamente associado ao tempo da produção, sob o viés empresarial, havendo retração quantitativa do tempo livre do sujeito-trabalhador e, conseqüentemente, da qualidade de vida dada à urgência produtiva conferida pelas esteiras das *packing houses*, por exemplo, ou pelo simples aumento do custo de vida local.

Haveria, também, uma mudança na dinâmica populacional, tendo em vista que o município ou a região passariam a ser considerados locais estratégicos para aquele que quer/precisa se empregar, atraindo pessoas de diversas localidades que se submeteriam a condições de trabalho variadas, dada o excesso de demanda e da oferta pouco flexível.

Ou seja, no todo municipal haveria mudanças drásticas que seriam desencadeadas a partir de um setor base, no caso, o agrícola.

Nesse sentido, compreende-se que para apreender um pouco sobre a discussão de região, a partir de uma visita ao local, se exige uma leitura ampla das variáveis numa escala temporal ampliada, tanto em termos econômicos, quanto sociais e históricos. A apreensão do fenômeno, em si, dada a infinidade de recortes possíveis, no tempo e no espaço, se tornaria impossível, até porque a realidade escapa a toda e qualquer apreensão, a todo e qualquer recorte. Contudo, ignorar tal discussão poderia comprometer qualitativamente a análise pretendida nas linhas que desenham os capítulos seguintes. Se há, aqui, um emaranhado de ideias, espera-se desembaraçá-lo adiante.

## 2.2 SOBRE GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO, DEMOGRAFIA E MIGRAÇÃO

A discussão sobre região indica certo caminho para se chegar ao produto a que se destina esse trabalho, no entanto, ela, por si só, não dá conta de responder

às questões migratórias. Portanto, o segundo sentido que se gostaria de examinar diz respeito a esta ordem.

A cidade de Petrolina sofreu com a reestruturação das relações de trabalho, tanto no campo, quanto na cidade. Tal fato se deu por conta de muitas políticas públicas desenvolvidas, sobretudo, a partir da década de 1960, terem se concretizado, de forma parcial ou não, na cidade petrolinense e na cidade vizinha de Juazeiro, localizada no norte do Estado baiano. No entanto, muitas cidades próximas a estas não receberam ou receberam de forma bastante tímida investimentos econômicos e incentivos fiscais para crescerem economicamente. Petrolina e Juazeiro viraram o centro dos serviços, do comércio e da agricultura, o que, por sua vez, atraiu migrantes interessados em vender sua mão de obra nas cidades em ascensão.

O fenômeno migratório, aqui, será analisado pelo viés geográfico e demográfico. O geográfico assenta-se na compreensão da problemática sobre escala meso e macro, e o demográfico na escala micro e macro. O objetivo é investigar, a partir da estratificação entre naturais do município e migrantes, se há uma diferenciação nos índices que indicam escolaridade, renda, etc. dos migrantes frente aos demais residentes do município, especialmente, nas atividades desenvolvidas junto ao setor agrícola. Optou-se por essa abordagem, pois os migrantes que vendem sua força de trabalho nas fazendas/empresas locais sofrem, muitas vezes, com o estigma da migração, ou seja, para além da própria viagem que fazem se sujeitam a salários menores e se hospedam em lugares mais precários por conta da desterritorialização a que se submetem. Nesse sentido, busca-se averiguar, com base em material quantitativo, se é possível observar tal realidade. Assim, reservou-se espaço para refletir sobre a Geografia da População e a Demografia à luz dos estudos populacionais para alicerçar o conhecimento necessário à análise que se pretende.

### 2.2.1 AS EXPRESSÕES DE UM ESTUDO

Os estudos populacionais sempre foram considerados importantes, pois eram responsáveis pela coleta de dados essenciais, como número de habitantes de uma dada localidade, estratificados por gênero e faixa etária, por exemplo; permitindo identificar o modo de vida, ou seja, se a comunidade tinha características rurais ou

mais urbanas; saber a profissão dos membros locais: artesãos, agricultores, comerciantes, dentre outros; a língua falada etc.. Esses estudos, durante muito tempo, foram considerados estratégicos para os detentores do poder, e ainda o são.

O surgimento dos censos demográficos aparece nesse contexto, ou seja, atrelado a um poder verticalizado de controle e dominação. Sua função seria, antes de tudo, identificar quanto de impostos poderiam ser arrecadados de um território e sob quais casas cairiam às maiores demandas. Além disso, o conhecimento permitia saber quantos homens em idade de guerrear poderiam ser mobilizados, caso fosse necessário, ou de quanto e de onde poderia ser alocada a força de trabalho para um empreendimento qualquer.

Dada a elasticidade do tempo histórico de tais estudos e de sua relevância que atravessa os séculos, atrelado aos novos contornos que ganham as ciências, corroborando para a discussão e enquadramento das especificidades geográficas, históricas, matemáticas etc., os estudos populacionais viraram objetos de diversas áreas, podendo ser analisados sob óticas específicas.

Na Geografia, ganhou maiores expressões em meados do século XX. A Geografia Humana era a responsável por essa análise e contribuiu com “(...) um maior aprofundamento dos estudos populacionais, contudo, esses eram pouco problematizados, o que atribuiu a essa área uma característica conservadora dentro do rol de temas abordados pela Geografia” (MORMUL, 2013, p 43). Os estudos estavam, até então, vinculados à estatística, dada a influência de Institutos Geográficos e da Geografia Teorética (MORMUL, 2013).

Na década de 1950, Pierre George divulga o termo que viria ocupar espaço dentro das ciências geográficas e das análises populacionais feitas por ela, conceituando-a de Geografia da População (MORMUL, 2013). A autora ainda ressalta que essa categorização atrelou-se a proposições estatais, exercendo papel institucional. Neste sentido, a Geografia da População voltou, muitas vezes, a assumir finalidades estatísticas, respondendo às questões objetivas necessárias ao Estado.

Com o avançar dos anos e sob influência de matrizes críticas na Geografia, a quantificação estatística passou a ganhar sentido através da subjetividade e da habilidade objetiva de pesquisadores e planejadores que percebiam no quantitativo-qualitativo uma nova maneira de dar corpo à População. Segundo Trewartha (1974), muitos geógrafos regionais investigaram aspectos populacionais em períodos



anteriores. Porém, é com a vertente crítica que os números estatísticos ganharam novas interpretações de onde se podiam exprimir predicados mais problematizados sobre a sociedade. Os valores obtidos deveriam ser dramatizados (LEFEBVRE apud DAMIANI, 2004), ou seja, complexificados, no qual os elementos populacionais seriam enriquecidos por percepções mais amplas de estrutura e conjuntura à luz de um jogo de escalas contemplando os mais variados agentes.

Já na Demografia, ciência que contém relações mais estreitas com a matemática e a estatística, observou-se um esforço no século XVIII para entender a pirâmide populacional, as transições demográficas e dois principais fluxos migratórios: o primeiro, sentido campo-cidade e, o segundo, sentido Europa-América. Ambos os fluxos foram tratados na obra *Ensaio sobre a População* de Malthus (1970), datada do segundo quartel do século XVIII. Posteriormente, no terceiro quartel do século seguinte, por Ravenstein (1980), que, apesar de ser geógrafo, teve sua pesquisa mais ressaltada por parte dos demógrafos, este dedicou especial atenção ao primeiro tipo de fluxo.

Em Malthus (1970) observa-se que, para além da polêmica alegação de que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, há uma releitura relativamente crítica dos fatores sociais. O autor acreditava que existia uma solução para os problemas enfrentados pela Inglaterra, como a pobreza e o inchaço das cidades, estes poderiam ser minimizados sob duas vertentes: a partir da transferência populacional para os Estados Unidos, diminuindo a tensão existente entre população/alimento e pela doação de terra aos pobres, o que faria com que os mesmos não fossem mais assistidos pelas *Poor Laws* (leis assistencialistas inglesas) e trabalhassem voltados à produção alimentícia (MALTHUS, 1970).

Ravenstein<sup>2</sup>, por sua vez, ganha imortalidade na literatura especializada pela análise dos Censos de 1871 e de 1881 realizados no Reino Unido. Este autor, responsável pela classificação de tipos de migração (local, de curta distância, por etapas e temporárias), e apresenta, também, conceitos referentes a locais de absorção e dispersão, ou seja, atrativos e expulsivos (RAVENSTEIN, 1980).

---

<sup>2</sup> Não é por acaso que se optou por um salto temporal secular, a relevância desses dois autores está refletida nos títulos sustentados por pesquisadores na área, a Malthus coube ser considerado o “pai da Demografia” e a Ravenstein, o “pai das análises migratórias.

Essas contribuições supracitadas em muito influenciaram trabalhos no século XX, sendo, ainda hoje, considerados referências na área.

Na década de 1960, como aconteceu com a Geografia Humana, a Demografia ganha novas dimensões, buscando compreender aspectos micros, aqueles referentes diretamente ao indivíduo migrante, e macros, ligados a esferas mais amplas, como a econômica, relacionados aos deslocamentos populacionais.

Nesse sentido, foram elaborados dois quadros, que são apresentados a baixo, com base em estudo realizado por Santos et al. (2010), no intuito de trazer uma síntese histórica acerca das variadas perspectivas, a partir de elementos micro e macro de análise, que se assentam parte dos estudos populacionais, assim como, apresentar variações do próprio conceito de migrante.

Quadro 1. Teorias de aspectos micro<sup>3</sup>.

|                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                            |
|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Teoria Microeconômica Neoclássica           | Migrante é racional, migra por avaliar os custos e benefícios, objetificando um retorno positivo, geralmente monetário.                                                                                                                                                                                                                         | Staastad (1962), Todaro (1969)                             |
| Teoria do Capital Humano                    | Indivíduos racionais que avaliam os custos e benefícios de suas atividades e hábitos. Os investimentos feitos pelo indivíduo serão determinados pela relação entre benefícios futuros e os custos associados ao mesmo. A migração estaria associada a este cálculo racional.                                                                    | Becker (1993)                                              |
| Novos Economistas da Migração do Trabalho   | A decisão de migrar não é tomada isoladamente, mas por um grupo de pessoas. O foco da análise é um grupo ou um domicílio, não mais o indivíduo. Existiria uma privação relativa dos membros do grupo em prol da migração, ou seja, eles poderiam abrir mão de benesses para possibilitar o fluxo, esperando resultados positivos na remigração. | Stark & Bloom (1985), Stark & Taylor (1989), Taylor (1986) |
| Trabalhos focados na família e no domicílio | Os ganhos da família, e não do indivíduo, são os motivadores da migração; a decisão de migrar gera conflito domiciliar e diferentes aspectos podem afetar a migração, como o tamanho da família, por exemplo. Além disso, as redes sociais são importantes para a concretização do fluxo.                                                       | Mincer (1978), Harbison (1981)                             |

Organizado por Vilarim, 2016. Fonte: Santos et al., 2010.

<sup>3</sup> A bibliografia usada pelos autores do trabalho acima e aqui mobilizadas, são estas que seguem. SJAASTAD, L. *The costs and returns of human migration*. *The Journal of Political Economy*, v. 70, n.5, Part 2: *Investment in Human Beings*, 1962.; TODARO, M. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. (org.), *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.; BECKER, G. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993.; STARCK, O.; BLOOM, D. *The new economics of labor migration*. *The American Economic Review*, v. 75, n.2, 1985.; STARK, O.; TAYLOR, J. *Relative deprivation and international migration*. *Demography*, v. 26, n. 1, 1989.; TAYLOR, J. *Differential migration, networks, information and risks*. In: STARK, O. *Migration, Human, Capital and Development*. Greenwich Connecticut, Jai Press Inc., v.4. 1986.; MINCER, J. *Family migration decisions*. *The Journal of Political Economy*, v. 86, n.5, 1978.; HARBISON, S. *Family structure and family strategy in migration decision making*. In: DE JONG, G.; GARDINER R. *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in development and developing countries*. New York, Pergamon Press, 1981.

Sob um olhar micro dos fatores migratórios, constata-se que o migrante é percebido enquanto um indivíduo que toma a decisão de migrar para si, após avaliar aspectos positivos e negativos decorrentes do fluxo. Nas teorias desenvolvidas sob perspectiva micro de análise, o que se destaca são aspectos concernentes à escala imediata que envolve o sujeito, ou seja, refletem, ao mesmo tempo, uma leitura conjuntural e uma mais subjetiva. Já as teorias voltadas à explicação do fenômeno envolvendo aspectos maiores, estão mais intimamente relacionadas com elementos externos, como aqueles ligados a economia, ou seja, ao mercado de trabalho, ao processo de industrialização etc.. Porém, tal fato não as afasta uma da outra, necessariamente, pois é à luz de aspectos macros que a migração é entendida enquanto fenômeno social, e é à luz dos aspectos subjetivos, de levantamentos qualitativos, que se busca entender o porquê do fenômeno acontecer com uma dada pessoa, em detrimento a outra. Abaixo se apresenta uma síntese das vertentes que se concentram em estudar os elementos macros.

Quadro 2. Teorias de aspecto macro<sup>4</sup>

|                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                  |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| Seletividade dos migrantes                                                 | Entender quais atributos individuais (sexo, idade, tipo de trabalho etc.) s condicionantes para que certos indivíduos migrem e outros não.                                                                                                                                                                                                                                        | Ravenstein (1885), Lee (1966)    |
| Teoria Macroeconômica Neoclássica                                          | Migração ocasiona-se pela diferença entre oferta e demanda de emprego. Se migraria de uma área de desemprego para outra cujo mercado de trabalho fosse amplo; com o desenvolvimento de áreas cada vez maiores e equiparação salarial entre elas, a migração cessaria.                                                                                                             | Lewis (1954), Ranis e Fei (1961) |
| Histórico-Estruturalista                                                   | A análise deve ser feita com base no sistema, pois há interdependência, assim, os elementos que são mobilizados para explicar o fenômeno são complexos e estão atrelados a diversas escalas.                                                                                                                                                                                      | Geermani (1974), Singer (1976)   |
| Princípio da casualidade cumulativa e o papel exercido pelas redes sociais | Os processos sociais são cumulativos e ganhariam força com o tempo, essa acumulação estaria refletida em diversos fatores, como a distribuição de renda, de terras, a organização produtiva (Massey et. al apud Santos et. al 2000). As redes, por sua vez, seriam responsáveis por aumentar a probabilidade de migrar, pois diminuiriam custos e riscos associados ao movimento. | Myrdal (1957), Massey (1990)     |
| Teoria do Mercado Dual de Trabalho                                         | A migração internacional é inerente ao tipo de trabalho observado nos países desenvolvidos. Esta seria causada pela atração exercida por esses países e não por conta de fatores expulsivos.                                                                                                                                                                                      | Piore (1979)                     |

Organizado por Vilarim, 2016. Fonte: Santos et al., 2010

<sup>4</sup>A bibliografia usada pelos autores do trabalho acima e aqui mobilizadas, são estas que seguem. RAVENSTEIN, E. As leis da migração. In: Moura, H (org.). Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB /ETENE, 1980. LEE, E. Uma teoria sobre a migração. In: Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB /ETENE, 1980. LEWIS, W. *Economic development wit unlimited suplies of labour. Manchester School*, v. 22, n. 2. 1954. RANIS, G.; FEI, J. *A theory of economic development. The American economic Review*, v. 51, n. 4, 1961. GERMANI, G. Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo, Mestre Jou, 1974. SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Moura, H (org.). Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB /ETENE, 1980.; MYRDAL, G. *Rich lands and poor: the road to world prosperity. New York, Harper & Brothers Publishers*, 1957. MASSEY, D. *Social Strechure, household strategies, and the cumulative causation of migration. Population Index*, v. 56, n. 1, 1996.; PIORE, M. *Birds of passage: migrant labor in industrial societies. Cambridge, Crambridge University Press*, 1979.

Nesses casos, seria como se o sujeito respondesse a um movimento linear pré-determinado e inerente à condição humana. Revela-se, então, uma miscelânea de abordagens teóricas que apontam a complexidade do tema, indicando a necessidade de se pensar o fenômeno sob aspectos variados, refletindo sob as especificidades do próprio sujeito migrante, assim como fatores externos a ele, como a economia, local e global, a cultura, a experiência vivida por outros migrantes próximos etc..

Um dos fatores mais constantes nas análises migratórias segue na direção de uma leitura econômica, micro e macro, como causa e consequência da migração. Desde Malthus e Ravenstein, a associação entre migração e avanço do capitalismo existiu. A partir de influências de matrizes do pensamento crítico, intensificaram-se os estudos que vislumbravam essa relação intrínseca entre migração e fatores econômicos, de forma a questionar as relações sociais existentes. Hoje, os estudos populacionais não se furtam a tais fatores e englobam variáveis cada vez mais distintas no entendimento dos fenômenos populacionais e, mais especificamente, migratórios.

No Brasil, o tema migração foi pouco explorado ao longo dos anos, mas vem ganhando espaço atualmente. As discussões no começo do século XIX e XX assentavam-se, basicamente, em duas razões de ser: pensava-se a respeito da imigração enquanto projeto de colonização agrícola, com o objetivo de produção de alimentos por estrangeiros que deveriam, preferencialmente, enquadrar-se no conceito de assimilação fundamentado na Teoria Eugênica, como revela Seyferth (2014a; 2014b); ou buscava-se explicar os problemas regionais de excesso ou escassez de mão de obra e, conseqüente, transferência populacional por políticas públicas atrativas a determinados migrantes, como é o caso das migrações nordestinas condicionadas para o Centro-Oeste e para o Norte (GUIMARÃES NETO, 1997), afrouxando, assim, as pressões sofridas pelas capitais litorâneas do Nordeste e pela cidade de São Paulo, que conviviam com fluxos históricos decorrentes de longos períodos de estiagem e da histórica omissão estatal para com a Região.

Para além das considerações importantes advindas com as pesquisas focadas na migração internacional, o foco deste trabalho será dado às migrações internas, pois se compreende que, dentro da região estudada, ela se faz mais coerente frente a realidade dos sujeitos locais.

Neste sentido, concorda-se com Martine (1980) e considera-se o estudo das migrações internas complexo, devendo ser encarado através de uma abordagem múltipla, onde não existem enfoques absolutos ou decisivos. Tal definição carrega consigo a expressão da dificuldade em se dissertar sobre este conteúdo ao lado de outros, históricos, sociais, culturais... porém, se considera essencial à pesquisa a junção desses elementos. Ou seja, privilegia-se uma abordagem de cunho crítico, mas que não se encerra em si, onde a história, as diferentes vivências, os poderes extraterritoriais, as ações multiescalares corroboram de forma importante para o atual ensejo migratório local. Petrolina, nesse sentido, é vista, de dentro para fora enquanto representação numérica de seus habitantes e de fora para dentro enquanto lócus de transformações diversas.

### 2.3 APORTES METODOLÓGICOS

Assenta-se, hoje, como condição *sine qua non* de estudos que condensem população e região, uma compreensão da sociedade e dos movimentos do capitalismo globalizado, que nutrem e são nutridos por trocas desiguais e combinadas entre diferentes localidades, povos, culturas etc.. Por sua vez, o tema das migrações aciona um sem número de outros temas, pois ele se expande no mapa, conectando pontos diversos, não reconhecendo as delimitações entre Unidades da Federação, Estados ou Províncias de um mesmo país, sobrevivendo aos possíveis constrangimentos culturais entre o rural e o urbano, ultrapassando as barreiras impostas pelos diversos Estados-Nação e suas políticas imigratórias. Confunde-se, assim, com a própria mobilidade humana, esta sendo usada, muitas vezes, como sinônimo de migração, atrelando-se à abertura de estradas, de portos, à melhoria na comunicação, a oportunidades de trabalho e de estudo etc..

De fato, as variáveis sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais não devem estar ausentes dos estudos migratórios, porém nem a junção de todas estas, poderiam garantir a apreensão do fenômeno em si, nem da mobilidade humana, pois existe um movimento intrínseco realizado por sujeitos variados, de formas igualmente variadas e com objetivos diversos que interagem de forma *sui generis* em seus deslocamentos com outros sujeitos, grupos de sujeitos e com o próprio local de origem e de destino dos migrantes. A respeito disso, Gonzales e Bastos, dissertam:

Nenhuma pessoa migra de uma área sócio-espacial (P) para outra (D), só porque (D), por exemplo, tenha uma renda per capita mais alta que (P), ou apresente uma taxa mais alta de expansão da renda global, ou seja, uma cidade maior ou porque a distância entre os dois pontos da relação migratória seja menor do que um terceiro ou quarto pontos possíveis. Em outros termos, pessoa alguma migra de uma área (P) para outra (D), simplesmente por causa das propriedades ou particularidades de (D) como tais, mas porque as propriedades de (D) determinam 'oportunidades' que, possivelmente, satisfaçam necessidades dos migrantes (sejam necessidades provenientes do estômago ou do espírito) que as propriedades de (P) não podiam determinar. É sabido que algumas pessoas migram de uma área (P) para outra (D), porque as propriedades de (D) podem propiciar-lhe melhores oportunidades com relação à saúde, educação etc. Os dados empíricos de pesquisas confirmam, no entanto, que estes casos são discrepantes da tendência que é a de predomínio de fatores econômicos na decisão de migrar (GONZALEZ; BASTOS, 1980, p. 989).

Assim, para esse trabalho optou-se por aprofundar o conhecimento de questões sócio-históricas e econômicas, pois se compreende que elas permitem analisar a dinâmica petrolinense, especialmente, a partir das medidas públicas implantadas na cidade. Para tal, recorreu-se a referências bibliográficas, sítios de órgãos federais e artigos publicados em revistas eletrônicas. No entanto, muitas reflexões feitas através de conversas diversas com colegas, na Universidade ou em ambientes menos formais, também estão refletidas no trabalho.

O conceito de migrante utilizado, vale ressaltar, refere-se aquele indivíduo que deixou a sua terra natal por um período e, posteriormente, retornou a ela, o que configuraria uma migração de retorno ou remigração, sendo o sujeito, então, migrante de retorno. Outros migrantes são aqueles que nasceram em uma cidade, se mudaram para outra, porém dentro da mesma Unidade da Federação (UF), chamados de migrantes intraestaduais; quando acontece de haver migração para outra UF, o migrante passa a ser interestadual. O mesmo ocorre quando a migração se dá para outra Grande Região ou se realiza na mesma, assim, são chamados de migrantes interregionais ou intrarregionais.

Um tipo específico de migrante que será abarcado é o migrante de última etapa, UE, ou seja, aquele indivíduo que se mudou para o município de residência atual nos últimos dez anos anteriores ao respectivo censo demográfico, empreendendo um movimento recente. Este tipo de fluxo foi selecionado para buscar compreender se há diferenciação entre os demais residentes e os migrantes recentes em termos de inserção laboral, renda, educação etc., fatores que poderiam indicar variações qualitativas ocasionadas pela própria migração. Outra forma presente no trabalho de se tratar do indivíduo migrante e seu fluxo são apresentados



através do quesito de data fixa. A data fixa refere-se ao local de residência há exatos cinco anos anteriores à realização do respectivo censo. Tal variável é bastante importante, pois confere uma nova possibilidade à análise; sem ela, estariam disponíveis as informações do local de origem e de chegada do migrante, mas, a partir dela, essas informações são acrescidas de um novo ponto, o local de moradia cinco anos antes da aplicação do questionário censitário.

Utiliza-se para as análises envolvendo os fluxos migratórios os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Emprega-se o método de análise estatístico descritivo para melhor confrontar os dados, recorrendo-se ao programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), cuja licença usada foi obtida pela Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj.

O SPSS, enquanto ferramenta facilitadora para analisar os microdados censitários, permite a extração de variáveis diversas, de interesse do pesquisador, que podem ser apresentadas sob formas também diversas. Segundo o propósito desta pesquisa, utilizou-se de frequências e cruzamentos de variáveis que foram, posteriormente, selecionadas e trabalhadas no Excel, de modo a selecionar as informações mais importantes e transformar números absolutos em relativos, através da proporcionalidade.

Em uma segunda etapa, utilizou-se a ferramenta *PhilCarto*, um *software* livre encontrado no sítio [www.philcarto.free.fr](http://www.philcarto.free.fr), que permite a elaboração de mapas temáticos. Para a confecção dos mapas foi utilizada a base cartográfica da Região Nordeste, produzida pelo IBGE, e dados censitários.

Optou-se, nos mapas, pela utilização de cores quentes para demonstrar, em termos proporcionais, a importância dos municípios para a migração voltada a Petrolina, pois dada a grande quantidade de locais de saída, a utilização de esferas atrapalharia o entendimento das informações, sobrepondo uma a outra.

### 3 A HISTÓRIA LOCAL: A PRETENSÃO DE UMA SÍNTESE OU O CHAMADO A UMA RELEITURA

A cidade enquanto objeto de análise só pode ser entendida sob um jogo de escalas revisitando o passado e buscando entender o presente. Além disso, dada a imersão no processo de globalização aos quais os países se inserem, os agentes transformadores das realidades locais se confundem, ora aparecem sob o nome de Estado e suas variadas esferas de atuação (nacional, regional, estadual e local), ora a partir de mecanismos políticos e econômicos externos e internos (global, nacional, regional, estadual e local), ora se apresentam enquanto os próprios moradores organizados. Didaticamente, o Estado atua de uma determinada forma: constrói rodovias, escolas, abre agências bancárias etc., inserindo a localidade dentro do sistema globalizado; o capital, por sua vez, territorializa-se através da abertura de empresas, contratos de trabalho, subjetivação das relações entre homem e terra, homem e alimento, homem e modo de vida. Porém, o rearranjo territorial só separa a ação do Estado e do capital assim, didaticamente, pois o planejamento se dá de mãos dadas entre esses agentes. Tal fato, não condiciona o sucesso ou o fracasso de empreitadas territoriais, mas confere sentido a elas.

Desta forma, emprega-se esforço para compreender o contexto histórico do município sertanejo de Petrolina – PE desde sua colonização, pois se compreende que as transformações assentadas localmente foram profundas, envolvendo todos os aspectos da cidade, desta forma, a imersão histórica possibilita um olhar mais amplo frente a tais mudanças locais e, também, regionais. Ressalta-se que a síntese pretendida, porém, não escapa de vicissitudes; revela-se, então, o entendimento das limitações impostas pelo tempo longínquo e amplo, a limitação de estudos feitos por temerários autores comprometidos com a recuperação da História e as limitações da própria pesquisa. No entanto, os adendos oferecidos não permitem furtar a proposta.

No mais, ressalta-se a necessidade de investigação de uma região estigmatizada pelo discurso desenvolvimentista que permeia o imaginário social comumente atrelando-a a situação de atraso, flagelo.

A impressão generalizada, mesmo entre os intelectuais culturais, é a de que o Sertão é uma grande área relativamente hostil à presença do homem, onde domina um clima seco e uma vegetação de caatinga; É, porém, uma idéia inteiramente falsa, e o grande escritor Euclides da Cunha, ao estudar a epopéia de Canudos, foi muito feliz ao intitular o seu livro de Os Sertões, ao invés de O Sertão. Isto porque não existe identidade entre a palavra sertão e o clima semi-

árido, uma vez que essa palavra foi usada, no início do período colonial, para designar áreas despovoadas, ainda não ocupadas pelo colonizador. O termo sertão é uma corruetela da palavra deserto, desertão, não no sentido climático, mas no sentido demográfico, e tanto eram consideradas sertanejas as áreas secas como as úmidas, distantes do litoral. Há também uma diversidade muito grande quanto às condições naturais do território, quer encaremos o chamado Sertão Sul, quer encaremos como um todo o sertão nordestino, desde o Maranhão até Minas Gerais (ANDRADE, 1984, p. 39).

Para Andrade (1984) havia um vazio populacional em todo o território que se afastava das áreas dinâmicas do litoral e da zona da mata. No entanto, é sabido que existia uma diversidade de povos que viviam nessas regiões mais a oeste. Apesar do adendo à citação, ela demonstra o porquê da denominação sertão e, portanto, optou-se por utilizá-la.

### 3.1 A OCUPAÇÃO PELO COLONIZADOR

O Vale do Rio São Francisco<sup>5</sup>, onde Petrolina localiza-se, é uma região de Depressão Sertaneja, a paisagem é considerada um tanto monótona, e lá habitaram vários povos indígenas, como os Amoipiras, Caetés, Gês, Ocrens, Tamaquius, Maracás, Cariris e outras nações ou grupos (LOPES, 1997).

A região do Vale viveu um princípio de povoamento, em termos do colonizador, mais expressivamente no século XVII, por criadores de gado vindos de outras localidades de Pernambuco e Bahia (ANDRADE, 1983). Até 1640, as expedições ao Vale foram lançadas com o objetivo de achar metais preciosos, como informa Andrade (1983). À época, a Espanha já havia encontrado ouro na América espanhola, o que impulsionou as empreitadas no território português. Outro fator que levou o homem branco a oeste foi a caça aos povos nativos, pois pouco após a chegada portuguesa, em 1570, o Rei autorizou o escravismo indígena, contribuindo para que parte da população nativa litorânea fosse dizimada ou fugisse para o interior (LOPES, 1997).

A configuração da colonização se deu, no litoral, através da vila, onde se morava e se comercializava, dos engenhos, produtores do açúcar que em seus

---

<sup>5</sup> Foi batizado por Américo Vespúcio em 1501, os Tupis o chamavam de Opara, que significa torto, sem rumo, por conta do seu trajeto irregular (LOPES, 1997).

arredores também contavam com casas daqueles que ali trabalhavam e, mais a oeste, das fazendas de gado<sup>6</sup> que forneciam carne e leite às áreas a leste.

No litoral, a venda lucrativa do açúcar levou à criação de engenhos maiores, ocupando áreas cada vez mais extensas, o que contribuiu para a interiorização da pecuária, pois, visando preservar as plantações de cana, o Governador-Geral de Salvador, Tomé de Souza, determinou que o gado se afastasse dos locais de cultivo (LOPES, 1997). As primeiras sesmarias na região do Vale do São Francisco foram doadas nesse período para Garcia d'Ávila, um funcionário público que havia chegado com a comitiva do Governador de Salvador (LOPES, 1997), sendo relegada a ele a missão de levar a pecuária para a região sanfranciscana. Observa-se que o rebanho da Colônia acabou sendo o meio encontrado pelos colonizadores para ocuparem regiões mais distantes, conferindo a elas função econômica (MOREIRA, 2011).

O modo de produção posto em prática, tanto para a agricultura, quanto para a pecuária, baseava-se no escravismo, acarretando na preação indígena e na destruição de inúmeras aldeias.

É neste cenário onde a figura do jesuíta se destaca, apesar de pregarem a necessidade da colonização, os padres eram contra o massacre e a preação. Eles acreditavam que a catequização, ou seja, o ensinamento religioso forçado, e a realocação das aldeias, entendido como um processo de migração forçada, por tanto, extremamente violento, serviam para evitar confrontos. A desterritorialização também tinha um viés estratégico, os jesuítas pressupunham que afastando os indígenas de seus locais de origem, os colocavam mais próximos, simbolicamente, da fé cristã (LOPES, 1997). Além disso, a formação de vilas indígenas propiciava ao mercado mão de obra e refletiam em um povoamento que aumentava o raio de influência das vilas tradicionais, dificultando que escravos concretizassem a fuga (MOREIRA, 2011).

No começo da colonização, os indígenas eram obrigados a fazer todo o trabalho pesado, para o qual o colonizador não se prestava. Porém, houve resistência, muitos foram assassinados durante as guerras e outros fugiram (ANDRADE, 2011). Por conta disso, mesmo antes dos primeiros cinquenta anos de

---

<sup>6</sup> Prado Jr. (apud MOREIRA, 2011) constata que a produção pecuária estava orientada para o mercado interno, em contraposição a produção dos engenhos e o mercado de metais preciosos que eram exportados.

colonização, já havia se estabelecido um comércio de escravos advindos do Congo e de Guiné em direção, especialmente, a Pernambuco (ANDRADE, 2011).

Parte dos escravos era levada para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. O comércio do açúcar acabou estreitando os laços entre Portugal e os Países Baixos que viabilizavam o comércio da especiaria, levando-o a outros países europeus (FURTADO, 1998). Tal fato fortaleceu enormemente a economia dos Países Baixos, especialmente da Holanda que à ocasião dos desentendimentos entre Portugal e Espanha, invadiu Pernambuco no século seguinte (FURTADO, 1998).

O holandês que aqui chegou, manteve a produção do açúcar como fonte principal de recursos, neste período, ela se expandiu, ainda mais, espacialmente (ANDRADE, 2011). Assim, a ocupação holandesa fortaleceu a ocupação das áreas interioranas, pois a expansão do plantio de cana fez com que as fazendas de gado adentrassem, cada vez mais, o território. Além disso, existia um temor em se perder os animais para os novos colonizadores, fazendo com que muitos pecuaristas partissem do Agreste, ação de precaução tomada por muitos alagoanos e sergipanos, e subissem até o São Francisco (ANDRADE, 2011).

Dada a diversidade de povos e nações já territorializadas na localidade denominada de sertão, o indígena se constituiu como uma resistência ao projeto de colonização pelo homem branco, por causa das várias ações que organizavam, com o intuito de permanecer nas suas terras. No mais, o terreno sertanejo dispunha de variedade de pastagem natural (as gramíneas, no período de maior precipitação e as leguminosas, nos períodos de estiagem), permitindo que o gado pastasse (ANDRADE, 1983). Havia migração sazonal, dado as secas e cheias nas margens do São Francisco. Andrade (1983) observa que tal migração não era estranha ao pecuarista europeu, pois este já estava acostumado com a transumância, isto é, com o deslocamento do rebanho para áreas de serra no verão e a descida para as planícies no inverno.

A rápida mobilidade do gado contribuiu, atrelando áreas onde se estabeleceram vilas, com uma prática de pastoril livre, sem presença de cercas (MOREIRA, 2011). A figura do vaqueiro atrela-se a este momento, pois o dono da fazenda necessitava de pastores que cuidassem do rebanho, o transportassem e recuperassem as cabeças que, eventualmente, se perdiam. Como empregado da fazenda, o vaqueiro fazia o trabalho mais árduo, porém as relações patronais e

empregatícias eram mais flexíveis frente aquelas observadas no sistema de *plantation*. Eles compunham uma força de trabalho semilivre, eram homens mestiços ou nativos, que recebiam pagamento através da quarta parte, ou seja, de cada quatro bezerros nascidos, ganhavam um e o pagamento só era feito após cinco anos de serviço (MOREIRA, 2011).

Andrade (1983) ressalta que, mesmo antes do pagamento da quarta, o fazendeiro cedia terrenos aos empregados para que eles plantassem culturas como o milho, o feijão, a mandioca e o algodão, essenciais à manutenção das famílias; os trabalhadores recebiam em troca o que sobrava da produção.

Nesse período, já existia um importante poderio local no Vale, o herdeiro de Garcia d'Ávila, Francisco Dias d'Ávila, fundador da Casa da Torre<sup>7</sup>, controlava as terras até o Rio Salitre<sup>8</sup> (LOPES, 1997). Andrade (2011) aponta que a Casa da Torre pleiteava terras até no Cariri cearense, e que, por volta de 1710, tal família era a maior latifundiária da Colônia, possuindo cerca de 340 léguas de terra nas margens do São Francisco e seus afluentes. Assim, a maioria dos fazendeiros que se estabeleceram próximos ao rio era, na verdade, arrendatários dos d'Ávila e lhe deviam confiança e lealdade.

A pecuária desenvolvida na região estava intimamente ligada ao rio São Francisco. Coelho (2007) destaca que o rio era um desafio natural para a travessia das boiadas advindas de Pernambuco com destino a Salvador. Ressalta, ainda que, muitas vezes, por já terem percorrido grandes distâncias até chegar à margem, os vaqueiros aproveitavam para descansar e lá se estabeleceram pessoas visando a oferta de serviços aos mesmos, o que, por sua vez, deu origem ao município de Juazeiro – BA, até então, um aldeamento conhecido como Nossa Senhora das Crotas de Joazeiros, em 1707.

Tal pioneirismo condicionou que o sertão pernambucano, próximo ao São Francisco, sofresse muita influência política baiana, pois a capital de Pernambuco centrava suas energias no litoral e na zona da mata.

“Nesses sertões desenvolveu-se uma civilização *sui generis*” (ANDRADE, 2011, p. 187). A alimentação era composta, principalmente, da carne e do leite, de frutas silvestres e de produtos comumente agricultáveis (ANDRADE, 2011), também

---

<sup>7</sup> Conjunto arquitetônico composto por uma residência principal, uma capela e uma torre, construídas sob uma arquitetura feudal nos mesmos moldes dos castelos europeus (MOTTA, 2001).

<sup>8</sup> Localizado no norte do Estado da Bahia, o rio Salitre é um afluente do rio São Francisco (INEMA, s/d).

se produzia rapadura e aguardente (CAMELO FILHO, 2005). Os utensílios domésticos e os móveis eram feitos de couro. A importância do couro resulta na denominação de “civilização do couro” atrelado a essa região do País (ABREU apud CAMELO FILHO, 2005). Camelo Filho (2005) destaca que a relevância do couro estava além da área de extração, pois dele eram feitos os banguês dos engenhos que serviam para amparar a garapa da cana no momento de moagem.

Posteriormente, com o boom da mineração, o rio São Francisco passou a ser extremamente importante, pois oferecia rota de transporte de escravos, garimpeiros e alimentos para as cidades onde tal atividade se estabeleceu e de ouro que seguia para Salvador (CAMELO FILHO, 2005). Nesse período, muitos portugueses se mudaram para a região, pois pretendiam tornarem-se senhores e visavam à comercialização do gado que sofreu com considerável alta nos preços por conta do aumento da demanda (COELHO, 2007). Camelo Filho (2005) salienta que no período da mineração houve uma forte expansão da pecuária no Vale e um aumento significativo da população que deu origem a inúmeras cidades espalhadas no percurso do rio.

### 3.2 DA PASSAGEM DE JUAZEIRO A PETROLINA

Na segunda metade do século XIX, alcança Juazeiro a estrada de ferro de penetração, ligando o sertão à capital baiana. Tal fato acarretou em um crescimento econômico do lado sul do rio, mas também da margem pernambucana. Petrolina passou a condição de vila neste panorama de crescimento econômico, sob o nome de Passagem de Juazeiro (ANDRADE, 1983; IBGE, s/d). Lá foi construída uma capela e formou-se sede de freguesia em 1862 (ANDRADE, 1983), transformando-se em município no começo do século seguinte, em 1901. (ANDRADE, 1983; IBGE, s/d).

A denominação escolhida foi esta, pois o local onde se desenvolveu a cidade, *a posteriori*, era caminho de passagem para o gado advindo do Ceará, do Piauí e de outros pontos de Pernambuco (ANDRADE, 1983).

Andrade (1983) observa que:

Até o início do século XX a região não se destacou por sua produção agrícola, limitando-se essa atividade a pequenos roçados para o auto-abastecimento, cercados para evitar depredação dos animais e localizados ora na vazante e no leito dos rios secos, ora em plena caatinga. Cultivavam o algodão – havia uma indústria doméstica de fiação e tecelagem – a cana-de-açúcar para

produção de cachaça e rapadura, o milho, o feijão e a fava, além da cebola, alho, arroz, e árvores frutíferas, em pequenas proporções. A grande distância dos centros consumidores e dos portos de exportação não dava aos produtos agrícolas condições de disputa do mercado com outras áreas produtivas (p. 32).

O crescimento de Petrolina esteve atrelado às atividades desenvolvidas em Juazeiro e foi fomentado pelas fazendas de gado que ali se instalaram. Com a grande seca de 1859 e 1860, mais pessoas chegaram à região que era considerada um oásis, por conta do rio perene, e buscaram se estabelecerem (COELHO, 2007). Antes da seca mencionada, mais especificamente, em 1850 é criada a chamada Lei de Terras que transforma a terra em mercadoria, pois a única forma legal de posse seria através da compra devidamente registrada (ROLNIK apud COELHO, 2007). A Lei de Terras surge como um divisor de águas, pois antes havia pouquíssimos proprietários e muitos arrendatários, o que favorecia uma relação de submissão dos segundos para com os primeiros. Parte dos arrendatários conseguiu tornarem-se donos de suas próprias terras, diminuindo o poder central de famílias como os Dias D'Ávila e fortaleceram o seu próprio poder. No entanto, se há uma mudança na gradação do poderio local, ela só acontece entre e para as classes mais abastadas. Os demais sujeitos (vaqueiros, agricultores, ribeirinhos etc.) ficaram à margem da oficialidade, mantendo, muitas vezes, a condição de pseudoarrendatário, ou seja, de parceiros, de meeiros ou mesmo ocupantes.

Neste panorama destacam-se duas figuras símbolo da região: os vaqueiros, pois eles levavam o gado até o mercado consumidor das capitais e da zona da mata, já explicitados, e os “coronéis”, fundiaristas da região, antagônicos aos vaqueiros e beneficiários da Lei de Terras. Os “coronéis” detinham poder, dinheiro, armas e assumiam para si a pretensão de mandar e desmandar nas áreas além de suas terras, o que culminou com desentendimentos entre os mesmos, pois sempre visavam se expandir, adentrando, muitas vezes, em áreas de influência de outros “coronéis”. A respeito disso, Camelo Filho disserta:

Os coronéis travaram muitas batalhas no interior do país, dividiam o poder com a força das armas e tinham como soldados, os jagunços, vaqueiros e moradores. Mesmo assim a 'ordem era mantida' nessas localidades, exceto em algumas ocasiões especiais em que a situação escapava ao controle. Nesse contexto os coronéis sempre foram importantes vigias e mantenedores da ordem, da lei e do controle das regiões onde viviam. Tanto que nos anos de 1925-1926, participaram ao lado das forças legais no combate à Coluna Prestes, inclusive no Vale do São Francisco. Portanto, nessa situação não era necessária a construção de quartéis, delegacias federais ou outros mecanismos de controle (2005, p. 87).



O poder, então observado, constituía-se, de certa forma, de cima para cima, pois o Estado se comunicava e se fazia presente através das figuras econômicas da região. Porém, especialmente depois da ascensão de Getúlio Vargas ao Governo (1930-1945), as forças coronelistas começam a perder influência e o Estado Nacional passou a interferir mais diretamente na região. Observa-se, concomitantemente a este processo, a ascensão da família Coelho como importante expoente político do município petrolinense.

Tal família ascende na primeira década do século XX, através da figura do “Coronel” Clementino Coelho (Cel. Quelê), que possuía inúmeras propriedades em Petrolina (COELHO, 2007). O projeto pessoal de Quelê assentava-se no desejo de dinamizar a economia e no sonho de que seus filhos fossem políticos, por isso enviou-os para estudar em Salvador.

A família Coelho não era unânime, porém, sob a liderança de Clementino Coelho, visavam o poderio político local. Com a Revolução de 1930 e a permanência de Getúlio Vargas na presidência, os Coelho não se consolidaram como políticos, pois outros “coronéis” (Pacífico da Luz e João Cardoso de Sá) tinham ligações mais estreitas com o governo de Carlos de Lima Cavalcanti, interventor federal para o Estado de Pernambuco, no entanto estes “coronéis” poucos recursos conseguiram para o município (COELHO, 2007).

Posteriormente, os Coelho ganharam mais destaque. A importância desta família para a cidade é um dos principais motivos apontados por diversos autores visando justificar o crescimento econômico vertiginoso apresentado por Petrolina (SOBEL; ORTEGA, 2005; AQUINO, 2011; COELHO, 2007). A relevância das ações objetivadas pelos Coelho foram bem-sucedidas, pois eles atrelaram o fato de terem recursos financeiros com o tino para a política. Sendo assim, muitos membros se tornaram prefeitos da cidade, porém o auge da participação da família na política foi quando Nilo Coelho tornou-se interventor do Estado, em 1967 (AQUINO, 2011).

### 3.3 A INTERVENÇÃO DO ESTADO EM PETROLINA E O PODER VERTICALIZADO

A história de Petrolina caracterizou-se, então, em uma história de apropriação. O cenário histórico foi protagonizado pelo agente governamental e seu poder político de delimitar áreas e doá-las aqueles que poderiam assegurar a presença da Coroa portuguesa na terra, pois visavam à colonização sentido oeste.

Posteriormente, observa-se o importante papel dos “coronéis” que ali buscavam estender seu poder conferido pela disponibilidade de recursos financeiros. O Estado, porém, não alheio à região, incrementa políticas importantes no século XX.

Assim sendo, constata-se que, no decorrer deste século, muitas medidas foram criadas para a Região Nordeste, como um todo, e parte delas reverberou diretamente no sertão e, também, em Petrolina. O Nordeste era tido como região atrasada quando comparada com o Sudeste e o Sul. Para o semiárido se visava o enfrentamento ao “problema da seca”, apontado como motivo da desgraça do povo pobre que culminava com ondas migratórias de miseráveis sentido as capitais, especialmente sentido São Paulo, o Eldorado nacional. Objetivando a mitigação desses efeitos, foi criada a IOCS, (Inspetoria de Obras Contra as Secas) em 1909, o primeiro órgão federal voltado para o semiárido. A Inspetoria centrou suas atividades na região, obtendo êxito na elaboração de estudos científicos, além disso, focou parte de sua política na criação de açudes e na construção de estradas de rodagem (GUERRA, 1981), havendo sido inspirada no *U.S. Bureau of Reclamation*, que atuava com políticas de irrigação em região semiárida estadunidense (SILVA, 2008).

Em poucos anos, a IOCS perdeu fôlego, pois o interesse governamental diminuiu, conseqüentemente, diminuíram os recursos à Inspetoria. No entanto, os problemas advindos com os períodos de estiagem, obrigaram o Estado a rever a atuação do órgão, culminando com a sua reestruturação em 1919, sob o nome de IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), e, posteriormente, de DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), no ano de 1945.

Anos antes, em 1934, um importante passo foi dado com o intuito de liberar mais recursos para o semiárido, a Constituição promulgada naquele ano, estabeleceu que, pelo menos, 4% da receita da União deveriam ser empregadas na região sertaneja (SILVA, 2008). Já em 1946, a nova Constituição estabelecia uma porcentagem um pouco menor, de 3%, 1%, porém, deveria ser utilizado especificamente no Vale do São Francisco (ANDRADE, 1988). No final da década de 1940, o Governo Federal criou a CVSF (Comissão do Vale do São Francisco); a DNOCS e a CVSF, então, passaram a trabalhar em conjunto, a DNOCS mantém-se com a política de açudagem e irrigação em áreas de sequeiro e a CVSF passou a responder pela irrigação e por projetos incipientes de infraestrutura no Vale do São Francisco.

Em 1945, Getúlio Vargas criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), instalada em 1948, pelo presidente Dutra (1946 – 1951); esta empresa, de capital misto, possibilitou o processo de industrialização da região por fornecer energia elétrica (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983). Em 1952, é criado o Banco do Nordeste do Brasil, BNB, que começa a operar em 1954, este órgão cria o ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos), buscando averiguar quais seriam as possibilidades econômicas locais (GUERRA, 1981). O BNB tinha como objetivo fortalecer a economia regional apoiando às atividades desenvolvidas, assim, a instituição financiava empresas agropecuárias e industriais, através de crédito. Souza e Medeiros Filho (1983) registram que o BNB também cedia crédito em longo prazo para a realização de obras de infraestrutura, contudo, a maior parte do capital era aplicado nas indústrias urbanas e na melhoria da infraestrutura das capitais.

Em uma escala maior, observa-se que, em 1947, Nilo Coelho consegue eleger-se deputado estadual e, em 1950, deputado federal. Em 1967 torna-se interventor para o Estado de Pernambuco. É a partir dele que muitos recursos são direcionados visando o crescimento do município. Neste período é construída a Rodovia PE-82, os trechos pavimentados das BR-112 e BR-407, o que facilitou o comércio local e a mobilidade humana; o Hotel Grande Rio, o primeiro hotel da cidade, onde os técnicos das empresas estatais e privadas se hospedavam; o Aeroporto Internacional de Petrolina, facilitando, ainda mais, as transações comerciais; as obras sempre atrelavam recursos estaduais e federais (COELHO, 2007; CORREIA, 2000).

Em 1958, o Nordeste, mais uma vez, sofreu com um forte período de estiagem, o que pôs em foco as providências tomadas, até então, pelos órgãos já criados e coloca à luz a fragilidade das políticas de construção de açudes e barragens. Mais uma vez, o Governo Federal se vê pressionado pelo flagelo constante de muitos sertanejos e pelos representantes políticos e sociais dos estados atingidos. À época, o Governo ainda vislumbrava que o problema socioeconômico regional era causado por conta do déficit de chuvas, essa fase é chamada de fase hidráulica da atuação governamental (MIRANDA et al., 1998).

A partir da necessidade de se mudar a forma como o Estado vinha atuando no Nordeste, é criado, no governo de Kubitschek (1956 – 1961), o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, GTDN, composto por estudiosos de várias áreas, sob a coordenação de Celso Furtado. O documento elaborado pela

equipe trouxe à tona novas perspectivas para encarar as substanciais diferenças existentes entre o Nordeste e o Sudeste/Sul do país. Para o semiárido, por exemplo, o Grupo evidenciou a questão socioeconômica através de fatores políticos, nesse sentido, a seca era apenas mais um agravante da condição já parca dos moradores da região (MIRANDA et al., 1998). Andrade (1988, p. 39) destaca que o GTDN:

(...) diagnosticou as causas do subdesenvolvimento regional, baseado na falta de obras de infra-estrutura, na necessidade de uma modernização agrícola que modificasse o caráter monocultor, com a implantação de propriedades familiares e policultoras, na melhor adaptação à economia nordestina às condições ecológicas, no desenvolvimento industrial que, oferecendo empregos, sustentasse o movimento migratório, e na correção da política financeira, a fim de que as divisas adquiridas com a exportação dos produtos nordestinos fossem utilizadas na industrialização da região e não desviadas para financiar a política de industrialização das áreas mais ricas.

Contudo, o relatório produzido e publicado pelo Grupo, sofreu alterações sensíveis para poder colocar em trânsito algumas de suas propostas. Uma dessas alterações dizia respeito à reestruturação da ordem fundiária, que propunha, por exemplo, o financiamento aos grandes proprietários para a implantação de obras de infraestrutura em suas fazendas. Em contrapartida, eles deveriam doar terras aqueles que não a tivessem, o objetivo era transformar os camponeses em pequenos produtores. Essa ideia foi fortemente rechaçada, pois a oligarquia fundiária a considerava subversiva (ANDRADE, 1988).

Mesmo assim, o GTDN apontou as diretrizes para a criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959 (MIRANDA et al., 1998). No âmbito deste órgão, os governadores estaduais eram atuantes e as políticas planejadas regionalmente, havendo descentralização da ação federal (MIRANDA et al., 1998). À época, já se ensejava o projeto estatal de desenvolver agricultura irrigada no Vale do São Francisco, com o intuito de modernizar as atividades agrícolas, introduzindo novas variedades de culturas e prestando orientação técnico-agronômica. Mais uma vez, o plano estatal era baseado em um modelo estadunidense, o do Vale do Tennessee (ANDRADE, 1988).

Após o Golpe de 1964, Miranda et al. (1998) advertem que a Sudene sofreu profundas transformações e houve centralização das ações políticas na escala federal, concomitantemente, foram fortalecidos os órgãos setoriais, diretamente ligados ao governo federal, que passaram a atuar de forma própria, sem articulação com as demais entidades públicas regionais. O planejamento regional ficou relegado a um segundo plano, aparecendo enquanto parte do planejamento nacional. Das

ideias pensadas para a região, permaneceram as de fomento à atividade produtiva através de incentivos fiscais e financeiros e os programas de infraestrutura que foram estendidos a outras partes do país.

Tânia Bacelar Araújo reflete sobre este processo que enxerga o Nordeste enquanto objeto de transformação sob o olhar do Estado. Para a autora, há uma mudança na direção do Brasil primário exportador, onde as bases da produção eram dispersas nacionalmente, e o Brasil do século XX, onde a base industrial concentrava as atividades no Sudeste do país, especialmente em São Paulo. Sob uma linha temporal bem definida, Araújo aponta que a partir de 1940, começou uma desconcentração das atividades de produção com a expansão da fronteira agrícola, já em 1970, tal desconcentração avançou atingindo a produção industrial. O objetivo era o de integrar o mercado interno nacional e o da integração físico-territorial do Brasil, fato bastante importante para os Governos Militares, pois “Com ela, as regiões se integravam à mesma lógica de acumulação enquanto ficam mais complexas e diferenciadas internamente” (ARAÚJO, 1997, p. 1071).

No tocante ao campo e, mais especificamente, ao semiárido, nas décadas de 1970 e 1980, vários programas de desenvolvimentos foram lançados pelo governo federal. Silva (2008), apoiado sobre autores diversos, elencou doze Projetos/Programas referentes a esse período e suas principais características, esse quadro segue abaixo, apresentado na íntegra, porém, em forma de lista.

- PIN-Proterra<sup>9</sup>(1971) – Promover a colonização na Amazônia e no Nordeste;
- Provale<sup>10</sup> (1971) – Incentivo à irrigação no Vale do São Francisco;
- Polonordeste<sup>11</sup> (1974) – Apoiar polos de desenvolvimento integrado no Nordeste;
- PDNA<sup>12</sup> (1974) – Ligado ao Polonordeste para o desenvolvimento da agroindústria;
- Projeto Sertanejo<sup>13</sup> (1976) – Apoiar pequenos e médios produtores rurais no Nordeste;
- Prohidro<sup>14</sup> (1979) – Fornecer água para atividades agrícolas planejadas;

---

<sup>9</sup> Programa de Integração Nacional e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste;

<sup>10</sup> Programa Especial para o Vale do São Francisco;

<sup>11</sup> Programa Integrado do Desenvolvimento do Nordeste do Brasil;

<sup>12</sup> Programa de Desenvolvimento da Agroindústria;

<sup>13</sup> Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste;

<sup>14</sup> Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos;

- Provárzeas<sup>15</sup> (1981) – Apoiar a produção de alimentos básicos em áreas de várzeas;
- Projeto Nordeste<sup>16</sup> (1983) – Reestruturar e integrar os projetos de desenvolvimento;
- Papp<sup>17</sup> (1983) – Apoiar o pequeno produtor rural por meio de infraestrutura, irrigação, crédito rural, comercialização, assistência técnica e extensão, pesquisa e acesso à terra;
- Projeto São Vicente<sup>18</sup> (1986) – Oferecer suporte técnico e financeiro a pequenos produtores;
- Proine<sup>19</sup> (1986) – Promover a irrigação no Nordeste; e
- Projeto Padre Cícero<sup>20</sup> (1988) – Ampliar o número de reservatórios de água no interior do Nordeste, incentivando a convivência com a seca.

Entre eles se destaca o Polonordeste, de 1974, cujo objetivo era promover transformações na economia rural nordestina, a partir da identificação de áreas de potencialidade econômica e concentração demográfica, onde a modernização agropecuária local era eixo central da intervenção estatal (MIRANDA et al., 1998); e o PIN (Programa de Irrigação Nacional), que visava utilizar as águas do São Francisco e dos açudes já criados para viabilizar a irrigação na região.

Observa-se que há uma miscelânea de propostas a serem colocadas em prática, de forma sucessiva temporalmente. Contudo, muitos dos objetivos dos projetos/programas permaneceram apenas no papel. No período entre 1965 e 1981, observa-se que há um ciclo de crescimento e modernização técnica da agricultura nacional, mas sem comportar mudanças na estrutura agrária (DELGADO, 2008).

Silva (2008), com base em Bursztyn (1985), resume as características, à época, das ações governamentais voltadas ao Nordeste, apontando que tal estratégia de modernização era conservadora, atualizando as formas de acumulação de capital, sem, contudo, mudar as estruturas socioeconômicas e políticas; onde novos instrumentos foram utilizados, como a concessão de crédito, assistência técnica, criação de infraestrutura necessária etc.; que condicionavam para que o grande proprietário levasse vantagens sob o pequeno e médio agricultor.

---

<sup>15</sup> Programa Nacional para o Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis;

<sup>16</sup> Programa de Integração e Desenvolvimento do Nordeste;

<sup>17</sup> Programa de Apoio ao Pequeno Produtor;

<sup>18</sup> Programa de Apoio Técnico e Financeiro aos Pequenos Produtores Rurais;

<sup>19</sup> Programa de Irrigação do Nordeste;

<sup>20</sup> Programa de Convivência com a Seca.

Em Petrolina, parte relevante das iniciativas estatais voltou sua atenção na criação de Perímetros Irrigados, P.I.'s, e da estrutura necessária ao seu funcionamento. Para a implantação dos P.I.'s, o Estado precisava dispor de uma grande quantidade de terras agricultáveis livres, no entanto, o ambiente rural local não era despovoado, nem tampouco deixava de cumprir uma função econômica para as famílias diretamente envolvidas na agricultura e, também, para o município.

Os agricultores, contudo, não dispunham, na grande maioria das vezes, de documentação necessária para a comprovação da propriedade da terra, pois muitos a ocuparam em períodos históricos diversos, mantendo-se durante gerações. Em Petrolina, muitas famílias se assentaram e criaram seus sítios no século XIX, quando se deu uma importante desconcentração fundiária na região causada, sobretudo, pela perda de interesse de muitos fazendeiros, dada a decadência da pecuária (LOPES, 1997).

Para resolver o impasse da terra "livre", porém ocupada, o Estado preconizou uma solução: desconsiderar as propriedades onde os residentes não possuíam o título e indenizá-los apenas pelas benfeitorias existentes, portanto, se pagaram valores pela casa, pela cacimba, por uma árvore frutífera... (LOPES, 1997). No entanto, Lopes (1997) aponta que tais valores eram tão baixos que não permitia aos mesmos se mudarem para lugares equivalentes. A negociação entre os agentes governamentais e os moradores aconteceu, mesmo que de forma unilateral.

Essa é uma das maiores contradições na implantação dos P.I.'s. Ora, se existe uma função social de assentar agricultores do município, oferecer-lhes melhores condições de vida e trabalho, como o processo, em sua gênese, se dá através da negação do direito de viver e trabalhar onde, historicamente, sempre se viveu e se trabalhou<sup>21</sup>?

A seleção do colonato, ou seja, daqueles que ganharam lotes de terra dentro dos Perímetros, aos poucos, mostrou o real intento do Estado: capitalizar o campo e conferir-lhe caráter econômico. Assim aconteceu com o primeiro P.I. do município, o Bebedouro, que começou a operar em 1968. Os novos colonos precisaram comprovar que tinham condições de investir financeiramente nos lotes, o que não era o caso de muitos agricultores, nem dos expropriados. Muitos daqueles que

---

<sup>21</sup> Os projetos iniciais para a implantação dos Perímetros Irrigados, como alega Vergolino (apud RAMOS, 2002), visavam à população de baixa renda, residentes em área de sequeiro, e moradores de municípios próximos.

foram beneficiados na seleção eram comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, pessoas que não tinham relação direta com a terra, nem com a agricultura (LOPES, 1997).

Em tese defendida por Sousa (2013), a autora corrobora com Lopes (1997) sobre o caso do Bebedouro, mas vai além, afirmando que a forma pensada para os P.I.'s, seja o Bebedouro, seja o Senador Nilo Coelho, em funcionamento desde a década de 1980, esconde, em si, uma proposta de modelo intrinsecamente capitalista, onde o agricultor é condicionado a entrar num ciclo produtivo e comercial que visa estrangular sua economia familiar, através, por exemplo, da determinação do plantio de certos tipos de cultivos. Dado o caráter, muitas vezes, exógeno das plantas elegidas e da exigência do mercado consumidor, muitos colonos endividaram-se na tentativa de modernizar sua produção, gerando arrendamento de suas terras.

### 3.3.1 OS NOVOS CONTORNOS NO/DO CAMPO

A mudança na dinâmica econômica que tomou forma no município foi bastante expressiva, o novo tipo de produção prejudicou a geração de produtos alimentícios básicos, como o feijão, o milho e o tomate na região, como aponta Ramos (2002). Tal fato se deu porque, com a valorização das terras, dada a criação dos P.I.'s, e a maior circulação de capital, muitos camponeses foram pressionados a abandonar seus sítios ou tiveram o tamanho de suas propriedades reduzidas, o que os obrigou a minar ou reduzir, conseqüentemente, sua produção. Outro fator relevante é que houve uma mudança importante no mercado local, assinada, por exemplo, pela chegada de produtos industrializados e pela abertura de supermercados (LOPES, 1997), o que gerou um aumento no custo de vida, impulsionando, ainda mais, o sujeito do campo a vender parte de sua força de trabalho para complementar a renda ou atrelar a sua produção à da empresa, produzindo o que era de interesse desta e recebendo baixa remuneração pelo produto de seu trabalho. Sousa observa que “Atualmente, a fruticultura produzida no Vale representa o setor de alta taxa de lucro, em detrimento ao setor alimentício, em que para o capital esse significa baixa taxa de lucro, lucro baixo.” (SOUSA, 2011, p. 186). Tal fato também foi constatado pelo trabalho realizado por Correia (2000), onde observou que, entre 1991 e 1999, houve uma redução do cultivo temporário,



como o do feijão, pois se tornou mais rentável o cultivo do melão que rendia, à época, 10 mil reais o hectare e/ou da uva que chegava a render 30 mil reais.

Contudo, o modelo produtivo não se expandiu ao máximo, pois, para ele funcionar, é essencial que haja práticas não capitalistas, como a agricultura camponesa (OLIVEIRA, 1991). Loureiro (apud WANDERLEY, 1985), observa que no Brasil, o capitalismo além de gerar a renda da terra, visa gerar o lucro. Contudo, o lucro fica comprometido quando há produção alimentícia de primeira necessidade, pois não seria possível alimentar a classe trabalhadora cobrando altos valores. Há, então, um processo contraditório, mas inerente, da expansão capitalista no espaço agrário, pois se verifica o aumento da área de cultivo de alta lucratividade, conseqüentemente, a retração do plantio de gêneros alimentícios mais diversificados e de uso cotidiano, e, ao mesmo tempo, a manutenção dos sítios e de propriedades com este fim, seja observada a partir da ótica capitalista de avanço territorial, seja através da resistência dos moradores/produtores.

Assim, a fruticultura irrigada, enquanto modelo produtivo, engloba, em si, variáveis implícitas e explícitas, como a expropriação camponesa, mudanças drásticas na forma de produção, dinamização econômica em todos os setores, geração de maior circulação financeira, transformação das relações de trabalho, por conta da contratação de mão de obra permanente e sazonal, quando em período de safra, absorvendo muitos agricultores que, até então, voltavam-se para sua própria produção, contratação de gente especializada etc.. Salienta-se que, para além de se tratar de um segmento específico, a fruticultura aparece enquanto uma vertente de pensar e agir no espaço agrário, caracterizando-se como agronegócio.

A ideia do agronegócio no Brasil surge para responder a uma vontade de se modernizar a produção agrícola, pautada numa ótica externa de junção dos primeiro e segundo setores. Buscava-se, para além da própria modernização, o aumento da produção, alcançando a escala industrial, a interconexão entre os meios de produção, dada a utilização de maquinário, até então, típicos da indústria urbana, e a maior capitalização do campo, conferindo fôlego à burguesia agrária e abrindo espaços para novos agentes. Nacionalmente, apontam Heredia, Palmeira e Leite (2010), foi nos anos 1970 que se começou a utilizar expressões como agricultura moderna, empresas e empresários rurais para tratar do novo *modus operandi* capitalista na terra, promovido pela política dos regimes militares. Nos anos 1980, o termo agronegócio aparece como tradução da palavra *agrobusiness*, de origem

inglesa, porém, é na década seguinte que o agronegócio e a agroindústria passam a ser entendidos a partir da perda da importância da prática agrícola nos moldes tradicionais, por sua vez, o lado industrial produtivo passa a ser assumido enquanto um conjunto de atividades controladas pelo grupo dominante e suas formas específicas de armazenagem (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Delgado (2005) observa que, no contexto nacional, o agronegócio se configura como uma associação entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária. Para o autor, tal associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, com o objetivo de obter lucro e extrair a renda da terra, sob a chancela estatal.

Para o semiárido, Bursztyn (1985) observa que no período do governo Médici (1969 – 1974), a irrigação passou a ser eixo principal de uma política que visava à criação de assentamentos e de produção familiar, sob responsabilidade da DNOCS, e a instalação de grandes empresas para exploração do Vale do São Francisco, sob coordenação da Codevasf. Ainda segundo o autor, o objetivo do Estado era o de transformar os camponeses em produtores capitalistas e de ser o patrocinador do grande capital, incorporado pelas empresas agrícolas. Porém, antes da Codevasf começar a atuar dessa forma, a Suvale já seguia nessa direção, pois intensificou o pensamento e o planejamento estatal voltado para o mercado. Andrade (apud SOUSA, 2011) aponta que a nova instituição foi organizada para obtenção de lucro, favorecendo em seus projetos o grupo empresarial, em detrimento aos camponeses.

É a partir desses processos que se concretiza a fruticultura irrigada em Petrolina, rompendo com paradigmas considerados atrasados e gerando uma fragmentação da relação entre os agricultores e sua terra, que se deu na espoliação do valor de uso da terra acarretando certa mudança na própria reprodução social do agricultor.

Vale ressaltar que no decorrer das décadas seguintes a de 1970, as políticas de governo reforçaram as medidas de estímulo ao agronegócio, com exceção do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, FHC, (1995 – 1998), mas voltou a ser privilegiada no mandato seguinte (1999 – 2003).

Na década de 1980, havia a necessidade de responder a crise econômica mundial que havia se estabelecido em 1982. A solução encontrada pelo governo ditatorial foi a geração de saldos comerciais através da expansão das exportações de grãos e de produtos agroprocessados que se espacializa, especialmente, no Centro-Oeste; desta forma, foram mantidos os incentivos governamentais a

fomentação da agroindústria (DELGADO, 2005). Já no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, que se afastava economicamente da crise, passou-se a privilegiar uma política econômica neoliberal, onde os incentivos dados ao primeiro setor, como a sustentação dos preços dos produtos, foram postas de lado, gerando desvalorização das mercadorias agrícolas e, conseqüentemente, das propriedades fundiárias (DELGADO, 2005). Por sua vez, no entanto, tal estratégia assentada no comércio e nas finanças, acarretou em um déficit na economia nacional, posteriormente mitigado pelos empréstimos feito ao Fundo Monetário Internacional, FMI (DELGADO, 2005).

“A crise econômica do final de 1998 porá termo à experiência ultraliberal do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso” (DELGADO, 2005, p. 66). Há, neste período, um redirecionamento da política externa nacional, buscando a geração de saldo do comércio exterior que contrabalanceasse ou suprisse os déficits existentes (DELGADO, 2005).

Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida em 1981, os setores primário-exportadores são escalados para gerar saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isto ocorre depois da forte desmontagem de instrumentos de fomento agrícola no período precedente, incluindo crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa, e investimento em infra-estrutura comercial – como serviços agropecuários, portos, malha viária. Isto tudo, aliado à relativa desvantagem comercial internacional durante o período do real sobrevalorizado, adiou o relançamento da modernização técnica, sem reforma, para o início do século XX (DELGADO, 2005, p. 66).

Como aponta Delgado (2005), o relançamento só foi sentido *a posteriori*, já no governo subsequente, porém, foram tais políticas que alicerçaram a remodelagem necessária ao fortalecimento do agronegócio. O mesmo autor aponta que, para tal, o governo FHC criou um programa de infraestrutura territorial a partir do estabelecimento de eixos de desenvolvimento, com o intuito de melhorar as condições para o desenvolvimento deste modelo; reorganizou a Embrapa para que operasse juntamente a essas empresas; afrouxou a regulação referente às terras públicas da União, as terras produtivas e as que não cumpriam função social, favorecendo a incorporação das mesmas por essas empresas; e alterou a política cambial através da eliminação da sobrevalorização da moeda nacional, tornando o agronegócio competitivo internacionalmente.

Desses elementos listados pelo autor supracitado, vale salientar a importância que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária<sup>22</sup> (Embrapa), criada no governo Médici, que foi, logo em seguida, segmentada em unidades específicas, passou a ter para a expansão do agronegócio. Em 1975, dois anos após a criação do órgão, foi criada a Embrapa Semiárido, voltada para a região de estudo, sediada em Petrolina (EMBRAPA, s/d). Em princípio, a Empresa realizou várias pesquisas focadas no modo de produção familiar. Mas, respondendo as demandas das políticas públicas voltadas para a agricultura, diversificou seus eixos de atuação, atualmente englobando: agroenergia, biodiversidade, cultivos dependentes de chuva, diversificação da fruticultura, mangicultura, olericultura, produção animal, recursos genéticos e melhoramento vegetal, recursos naturais, vitivinicultura, desenvolvimento territorial e transferência de tecnologia, segundo o sítio da própria Instituição. Observa-se que é incorporada a Empresa eixos característicos do agronegócio na região semiárida, como a fruticultura, e, especificamente, a mangicultura e a vitinicultura.

Esse tipo de cultivo fruticultor era estranho ao agricultor local, pois o manejo pregado era bastante tecnificado. Assim, o saber camponês baseado na empiria e na tradição não eram mais suficientes à nova agricultura local. Ampliaram-se, paulatinamente, a distância entre os agricultores locais, os colonos e o empresariado que chegou ao município atraído pelas políticas singulares. Tal fato é constatado por Ramos (2002). A autora salienta que diferentes oportunidades são dadas aos colonos, cuja mão de obra é familiar e pouco tecnificada, aos pequenos e médios irrigantes e aos grandes empresários agrícolas, reforçando exclusões técnicas e políticas. Ainda segundo a mesma, pode-se observar a existência de dois extremos no cenário agrícola local: as modernas empresas agrícolas e a maioria dos produtores que estão à mercê das políticas públicas, à espera da difusão das modernizações. Além disso, a não inserção de uma importante parcela da população favorecia a criação de um exército de reserva nos moldes rurais, onde os direitos trabalhistas, muitas vezes, são ignorados e violados com cargas horárias elevadas, desrespeito ao salário-mínimo, aplicação de agrotóxico sem material de proteção e de forma sistemática, subcontratação etc..

---

<sup>22</sup> A Embrapa tinha como objetivo construir conhecimento científico agrícola para modernizar e tecnificar as práticas de cultivo.

No governo Lula as políticas de exacerbação deste modelo produtivo agrícola foram não só sentidas, dada as medidas lançadas no governo anterior, mas estimuladas; o que se contrapôs as aspirações de muitos movimentos sociais que haviam apoiado a sua eleição e que buscavam maior equalização das questões sociais no tocante ao mundo agrário, como a reforma agrária (OLIVEIRA, 2011). Oliveira (2011) destaca que a “(...) a política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: *não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio.*” (Grifos do autor. p. 308).

Assim, o agronegócio foi se fortalecendo no Brasil e, por consequência, houve um aumento da propriedade fundiária concentrada na mão de empresários, uma maior sujeição dos agricultores e um aumento da extração da renda da terra. As particularidades dos conflitos e disparidades entre os sujeitos e agentes no campo, gerados pela incorporação capitalista de viés globalizado, são deixados de lado, muitas vezes, pelo “benefício” que a agroexportação parece trazer à balança comercial nacional.

### 3.4 A ECONOMIA DA NOVA PETROLINA

A partir do fortalecimento da fruticultura irrigada, dois cultivos, em especial, foram disseminados nas empresas locais, a manga e a uva, tornando-se símbolo da produção no Vale do São Francisco e, também, em Petrolina. Nesse sentido, buscando compreender a dimensão da relevância destes tipos de cultivo, em termos de área ocupada e de valores produzidos, foram elaboradas duas tabelas com os dados da pesquisa de Produção Agrícola Municipal, do IBGE. Para melhor vislumbrar a importância da manga e da uva, no contexto municipal, os dados são comparados com o total produzido no Brasil, no Nordeste, em Pernambuco e na região do São Francisco Pernambucano<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Mesorregião do Estado de Pernambuco composta por quinze municípios, eles são: Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Petrolândia, Cabrobó, Floresta, Lagoa Grande, Dormentes, Tacaratu, Belém do São Francisco, Afrânio, Jatobá, Orocó, Carnaubeira da Penha, Terra Nova e Itacaruba.

Tabela 1. Área destinada à colheita (hectares) da manga e da uva. 2011 – 2014.

| Brasil e Nordeste          | Lavoura permanente | Ano    |        |        |        |
|----------------------------|--------------------|--------|--------|--------|--------|
|                            |                    | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   |
| Brasil                     | Manga              | 76.389 | 73.690 | 70.718 | 70.688 |
|                            | Uva                | 81.840 | 82.897 | 79.759 | 78.767 |
| Nordeste                   | Manga              | 51.712 | 50.533 | 48.931 | 49.854 |
|                            | Uva                | 9.746  | 9.403  | 9.301  | 9.895  |
| Pernambuco                 | Manga              | 11.406 | 11.272 | 10.395 | 10.339 |
|                            | Uva                | 6.822  | 6.763  | 6.787  | 6.797  |
| São Francisco Pernambucano | Manga              | 10.411 | 10.359 | 9.685  | 10.339 |
|                            | Uva                | 6.270  | 6.211  | 6.202  | 6.212  |
| Petrolina                  | Manga              | 7.880  | 7.900  | 7.880  | 7.880  |
|                            | Uva                | 4.700  | 4.650  | 4.642  | 4.642  |

Organizado por Vilarim, 2016. Fonte: IBGE.

Observa-se, a partir da Tabela 1, que a área de cultivo da manga manteve-se, de certa forma estável para o município de Petrolina durante o período observado, representando, em 2011, 10,3% da área cultivada no Brasil, tendo sua área aumentada de forma tímida até 2014, aonde chegou a 11,1% do todo nacional. Da mesma forma, observa-se um aumento da produtividade nordestina frente a brasileira, em 2011 a área cultivada era 67,4%, posteriormente, foi aumentada para 68,6% e 69,2% até chegar ao ponto máximo no último ano analisado, 70,5%, o que consagra a região como maior produtora de manga do País. A expansão da área de cultivo pode ter ocorrido dada a expansão de outras regiões tomadas pela fruticultura irrigada, como é o caso de Mossoró – RN, que vem intensificando este tipo de produção pautada na fruticultura. Pernambuco tem representado, em média, 14,5% da área plantada no Brasil durante o recorte temporal feito, tendo sua área se mantido menor do que um quarto do espaço reservado para a manga frente a região nordestina. No entanto, ao voltar os olhos para dentro do Estado, constata-se que a produção concentra-se, de forma maciça, na região do São Francisco Pernambucano, onde se encontrava 91,3% da área voltada para a manga em 2011, 91,2% em 2012, 93,2% em 2013 e, finalmente, 100% no ano de 2014, ou seja, toda a área voltada para o cultivo da manga encontrava-se nesta região. Por sua vez, Petrolina corresponde a cerca de 75% da área de plantação no São Francisco Pernambucano, o que demonstra a importância da manga para o município e sua representatividade frente ao Estado e ao Nordeste.

Já a produção de uva no Nordeste é bem menos expressiva do que a de manga, em termos de área, permanecendo na casa dos 11% da área nacional em 2011, 2012 e 2013, subindo para 12,5% em 2014. Pernambuco cultivou, nos quatro anos, aproximadamente dois terços da área nordestina, sendo quase a totalidade dos hectares localizados no São Francisco Pernambucano. Dentro da mesorregião, Petrolina correspondeu a cerca de 75% da área de uva cultivada, mostrando, sobretudo, que é o município que mais planta a fruta dentro do Estado.

Esses dois tipos de cultivo parecem se afirmar em Petrolina, mantendo estabilidade na produção. Para ter um panorama acerca da rentabilidade dessas frutas, entendendo melhor o motivo pelos quais elas são tão importantes para a produção municipal, foi elaborada a Tabela 2.

Tabela 2. Valor de produção (mil reais) da manga e da uva. 2011 – 2014.

| Brasil e Nordeste          | Lavoura permanente | Ano       |           |           |           |
|----------------------------|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                            |                    | 2011      | 2012      | 2013      | 2014      |
| Brasil                     | Manga              | 651.190   | 660.159   | 906.927   | 803.415   |
|                            | Uva                | 1.955.331 | 2.042.870 | 2.120.893 | 2.101.219 |
| Nordeste                   | Manga              | 428.912   | 426.031   | 648.407   | 523.368   |
|                            | Uva                | 659.110   | 680.080   | 798.059   | 612.410   |
| Pernambuco                 | Manga              | 137.330   | 168.211   | 326.375   | 145.090   |
|                            | Uva                | 449.402   | 511.672   | 658.460   | 419.991   |
| São Francisco Pernambucano | Manga              | 134.205   | 166.211   | 323.253   | 141.885   |
|                            | Uva                | 439.862   | 491.440   | 641.866   | 387.174   |
| Petrolina                  | Manga              | 104.016   | 129.020   | 270.194   | 91.408    |
|                            | Uva                | 305.829   | 352.122   | 456.836   | 251.799   |

Organizado por Vilarim, 2016. Fonte: IBGE.

Transformando em números relativos os dados da Tabela 2, observa-se que os valores gerados a partir da produção de manga no Brasil foram, de certa forma, pouco expressivos quando comparados com os obtidos com a uva. Contudo, se mantiveram crescentes entre 2012 e 2014. Desse total, o Nordeste contribuiu com cerca de 65%, aumentando sua participação em 2013, mas voltando a casa dos 65% no ano seguinte, sendo, então, o maior produtor brasileiro.

Pernambuco, por sua vez, no último ano analisado, foi responsável por 27,7% do valor produzido por esta cultura em termos do total nordestino. No entanto,

durante a série analisada, houve variações importantes, chegando a corresponder, em 2013, a 50,3% do total nordestino e 36% do total nacional.

Dentro do Estado, quase todo o valor obtido foi extraído de municípios do São Francisco Pernambucano, Petrolina foi o principal responsável, correspondendo, em média, por 75,8% do valor da produção.

Ao se tratar da uva, constata-se que a produção nacional se manteve numa suave crescente, com exceção no ano de 2014, onde apresentou queda. O Nordeste, tanto em 2011, como em 2012, produziu cerca de 34% deste valor, porém aumentou para 37,6% no ano seguinte e retraiu para 29,1% em 2014.

Da mesma forma que aconteceu com o Nordeste, aconteceu com o estado pernambucano, onde se foram obtidos valores próximos nos dois primeiros anos, aumento expressivo em 2013 chegando a 83,4% do valor nordestino e retraindo para 68,6%, no último ano. A região responsável pelos valores mais expressivos, dentro do Estado, foi a do São Francisco Pernambucano, onde, em todos os anos, gerou mais de 92% do total estadual. Dentro desta região, Petrolina, novamente, destacou-se mantendo o valor produzido acima dos 65%, atingindo o máximo de representatividade em 2012, com 71,6%.

Ao saber que estes dados são de uma única cidade, percebe-se, então, sua importância. No caso da manga, a área destinada à produção local corresponde, em média, a apenas 10,8% da área nacional, mas representa 19,7% dos valores extraídos desta cultura no contexto nacional. A uva de Petrolina destaca-se ainda mais do que a manga, pois ocupa 5,7% da área nacional e contribui com 16,6% nos valores totais.

Em termos de valores, podem-se comparar alguns dados do IBGE, frente ao Produto Interno Bruto Municipal. Em 2000, em termos de valores brutos, a agricultura adicionou à economia municipal 120.746 mil reais; já em 2010, este valor foi de 453.177 mil reais, crescendo 3,7 vezes entre os dois períodos, enquanto a indústria, em 2000, contribuiu com R\$104.301 mil e, em 2010, com R\$613.643 mil, crescendo 5,8 vezes, sendo o setor que mais se desenvolveu. O setor de serviços, em ambos os anos, foi o que se destacou mais, atingindo a casa de 1.274.226 milhões de reais em 2010, enquanto em 2000 o valor era de 443.067 mil reais, um aumento de 2,8 vezes.

Constata-se que em dez anos, a agricultura aumentou sua participação na economia da cidade, quase quadruplicando o seu valor, o que mostra como o



município se tornou rentável para a prática de irrigação de fruteiras. Embora tais dados estejam ligados aos setores base (primeiro, segundo e terceiro setor), se faz necessário esclarecer que há uma relação direta entre eles, especialmente na fase de globalização.

Se os números acima revelam a força produtiva de Petrolina, maquiavam as contradições inerentes a ela, como observado no tópico anterior deste capítulo. Sem embargo, os números econômicos do município funcionam como propaganda estatal visando atrair mais empresas para a região e, conseqüentemente, aumentar a produtividade. O empresariado, por sua vez, também se vale de tais informações para obtenção de crédito junto aos bancos de desenvolvimento, enquanto barganha para ser favorecido por políticas governamentais voltadas ao agronegócio e como estratégia de marketing objetivando alcançar novos mercados consumidores.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento rural, para muitos, depende essencialmente do desempenho agrícola do local, que estaria refletido na quantidade de produtos e no valor obtido com a comercialização destes (VEIGA, 2012). Contudo, os espaços dominados pela agricultura de ponta não favorecem o dinamismo econômico, pois a busca pelo lucro máximo condiciona muitas empresas a se especializarem em produzir a mesma coisa (VEIGA, 2012).

Ressalta-se, porém, que a implicação na escolha de um sistema de modo de produção, gerência e armazenagem, no mundo agrário, reflete fatores que vão além do poder verticalizado inferido pelo Estado e pelos interesses do capital. No Nordeste, essa visão se assenta, também, no próprio imaginário criado de incapacidade e na desvalorização daquilo que pertence ao regional, especialmente se o regional referir-se ao universo sertanejo. O discurso existente que embasa tais políticas esconde, em si, um caráter preconcebido acerca do sertanejo e do sertão, contrapondo seca ao crescimento econômico e associando estiagem à pobreza, aridez à cultura parca, tudo isso se retroalimentando devido à concepção de enfrentamento à seca, em detrimento da elaboração de políticas voltadas para a convivência com o semiárido. É importante salientar que as políticas implementadas, nesse sentido, foram rasas e até hoje as são, tendo em vista que o planejamento é voltado para uma espécie de adequação local. Não reconhece, portanto, a diversidade da própria região, condenando parte de seus moradores ao estranhamento das riquezas naturais locais e, conseqüentemente, remetendo-os ao imaginário associado ao estigma do atraso.

Assim, desde o surgir macrorregional até a seleção de determinadas áreas onde se focava especial atenção, caso de Petrolina e Juazeiro, em detrimento a outras, como muitos municípios do entorno, não houve aleatoriedade, mas um projeto pensado de viés modernizante e integrador, que assumia correspondência e se espelhava nos países do Norte, especialmente nos Estados Unidos. Modernizar o Brasil consistia em um crescer econômico capitalista de base urbano industrial que preconizava a integração de pontos ou nós no mapa, conectados através de estradas, rodovias, portos, aeroportos, que pudessem contribuir para o escoamento produtivo, facilitassem as trocas comerciais necessárias ao crescimento nacional e o fluxo de pessoas (consumidores, compradores, trabalhadores, empresários etc.).

A regionalização juntamente ao discurso de não reconhecimento de múltiplas formas de conviver com a terra e com a natureza, no geral, e o entendimento da natureza “hostil” como motivo estacionário ao projeto nacional, culminou com uma série de transformações localizadas de cunho sociais e econômicas que reverberam de forma patente em Petrolina – PE.

#### 4 AS IDAS E VINDAS À PETROLINA: DIZERES SOBRE A MIGRAÇÃO LOCAL

A partir do terceiro quartel do século XX, as transformações locais e regionais foram bastante acentuadas no contexto socioeconômico, porém as medidas tomadas para dinamizarem a região semiárida, se configuravam de forma bastante restrita. Observa-se que o intuito estatal prezava a predileção por determinadas localidades dentro da própria região, onde as ações eram guiadas por um pensamento quase unitário, de cunho vertical, com tom metonímico, se estimulando a urbanização e o crescimento municipal e privilegiando um determinado modelo produtivo. A “modernização” apregoada, então, não se dá em todas as localidades e, onde se dá, não acontece de forma simultânea: há uma seleção que acontece por fatores políticos, como pela barganha de grupos locais que reclamem inserções fiscais; por fatores físicos, como a existência de um rio ou lençol freático que alimente a indústria; e/ou por conta dos fatores clássicos de alocação, como baixa remuneração salarial ou distância entre a sede empresarial e o mercado consumidor etc..

O crescimento econômico vertiginoso vivido por Petrolina e a dinamicidade que o município passa a ter frente aos demais, com exceção de Juazeiro, confere importância regional e é apresentado enquanto um projeto estatal e do capital privado bem-sucedido. Raffestin (1993) pondera que os atores sintagmáticos<sup>24</sup> constroem rearranjos territoriais, mas, também, criam tessituras, ou seja, não agem em todos os espaços de forma simultânea, apenas em determinadas localidades. Assim, assumindo determinados pontos em detrimento a outros, o Estado e o capital se territorializam e conectam os pontos selecionados, conformando uma rede entre si que desenham tramas, com o intuito de criar e conectar uma estrutura mercadológica sob o viés de exploração da mais-valia e da exploração dos recursos de forma predatória, padronizada e orquestrada globalmente, com a chancela estatal (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) observa que, dessa maneira, se fabrica a noção de centro e de periferia associado aos locais mais e menos dinâmicos, alimentando disparidades

---

<sup>24</sup> Segundo Raffestin (1993), atores sintagmáticos são aqueles que realizam um programa por ser parte integrante deste programa, estão engajados dentro de uma estrutura relacional complexa. “O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para ‘produzir’, *lato sensu*, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

econômicas em nível regional. O centro atua como norteador das ações consideradas mais dinâmicas e passa a influenciar outras localidades, gerando a mais-valia sobre o plano espacial. Quando o centro é considerado um modelo de ação espelhado para outras regiões, cria-se a mais-valia temporal. O autor revela que o papel desempenhado pela centralidade responde aos desejos do capitalismo e do Estado que trabalham criando sensações de inadequação das demais áreas, podendo condicionar respostas buscando adentrar aos sistemas centrais.

Naturalmente, como já aponta Raffestin (1993), tal seleção/predileção de certos espaços contribui para a criação de correntes migratórias da periferia sentido a centralidade. Os movimentos migratórios, por sua vez, se caracterizam de formas distintas em cada etapa econômica (BAENINGER, 2012), variando, conseqüentemente, a partir de reestruturações. Historicamente, as migrações em Petrolina ora foram ocasionadas pelo fenômeno da seca, atraindo pessoas que fugiam das estiagens e buscavam se aproximar do rio São Francisco; ora por conta do destaque comercial que a cidade tinha; e ora pela proximidade com o município de Juazeiro, bastante dinâmico. Existia um fluxo de entrada e saída de pessoas constantemente e, também, sazonalmente. No entanto, tal realidade tinha sua correspondência na situação vivida historicamente, por sua vez, suas razões encontravam respostas na necessidade imediata de sobrevivência e/ou no estabelecimento de relações econômicas desenhadas num contexto de exploração da força de trabalho menos complexo do que as observadas hoje.

Atualmente, dada a imersão no sistema capitalista globalizado e a territorialização de um modelo econômico específico que reverbera, como já visto, em aspectos variados dentro e fora do município, o fenômeno migratório local se complexifica e parte dos seus fluxos, especialmente, aqueles dos quais os migrantes vão a busca de inserção laboral passam a responder a uma lógica diferenciada. Baeninger (2012, p. 3) ressalta que “[...] a penetração e a expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas que respondem a uma lógica externa redesenhada pela divisão internacional e territorial do trabalho.”

Assim, o corpo deste capítulo é constituído pela análise, a princípio, do perfil sociodemográfico do todo populacional, apresentada em forma de síntese, posteriormente, do perfil dos residentes em Petrolina, com exceção dos sujeitos selecionados e, por fim, do perfil destes indivíduos. O objetivo consiste em investigar possíveis mudanças sensíveis nos padrões migratórios e entender quem são esses

sujeitos migrantes, assim como de onde eles vêm, pois tais dados podem colaborar para um maior entendimento a respeito do fenômeno migratório local e dos efeitos que as transformações econômicas, podem ter gerado, especialmente na agricultura.

#### 4.1 PETROLINA EM 2010: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

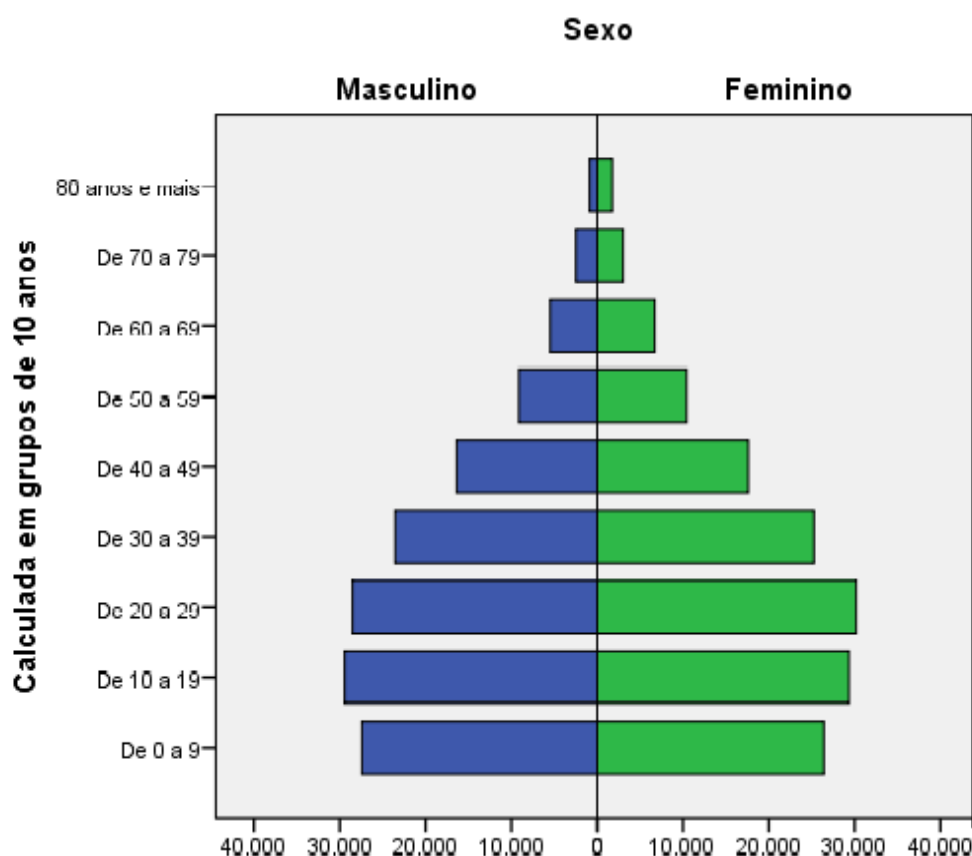
A elaboração de um perfil sociodemográfico consiste na análise de dados demográficos, onde as variáveis selecionadas fornecem elementos de caracterização dos indivíduos residentes em uma dada localidade e em um determinado momento. Os números apresentados, enquanto resultados de frequências e cruzamentos de dados do Censo Demográfico, apresentam um contexto bastante aproximado daquele observado *in locus*; tal fato se dá por conta de elaboradas fórmulas estatísticas pensadas especificamente para o Censo nacional, permitindo que a expansão da amostra populacional (aquela que respondeu ao questionário aplicado) corresponda ao universo total objetivado, com margem de erro mínima. A elaboração de um perfil, a partir de dados secundários, portanto, não se afasta da realidade, justificando esta escolha metodológica de pensar a problemática.

Observa-se, então, que o município de Petrolina destaca-se dos vizinhos regionais por diversos fatores, dentre eles, pelos expressivos números populacionais. A cidade conta com 292.962 habitantes, segundo o Censo de 2010, sendo a maior cidade do Estado de Pernambuco na região do sertão e a sexta maior cidade pernambucana. A densidade demográfica é de 64,44 habitantes por quilômetro quadrado, o que não indica, em si, uma concentração expressiva, no entanto, sabe-se que parte importante da área municipal está reservada para o plantio de produtos alimentícios, assim, por esse número representar uma média entre a população e a área municipal total, a densidade demográfica acaba maquiando a concentração urbana local. Sabe-se, segundo a mesma fonte de dados, que três quartos da população são residentes de áreas urbanas, sendo 76,4%, ou seja, 219.215 pessoas.

A estratificação por gênero demonstra que as mulheres compõem uma sutil maioria, 150.710 (51,3%), contra 143.242 (48,7%) homens. Contudo, elas são minoria no meio rural, 48,6%. De forma geral, a população feminina é mais

facilmente encontrada em grupos de idades mais longevos, o que contribui para uma pirâmide etária com linhas muito parecidas nos demais grupos etários. Como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 1. Pirâmide etária do município de Petrolina. 2010.



Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A base mais larga da pirâmide e o estreitamento na ponta expressam uma concentração populacional jovem, ou seja, nas idades associadas ao estudo e nas idades associadas ao começo da vida laboral, sendo a segunda e terceira faixas as com maior número absoluto. O recuo observado na primeira faixa indica o efeito da queda da fecundidade na diminuição do número de nascidos com relação à geração anterior, fato ocorrido em diversos municípios do país. O município pode ser considerado jovem, tanto para homens, quanto para mulheres, pois 74,9% da população compõem os grupos etários abaixo dos 40 anos de idade. Tal fato não é reflexo da realidade nacional, pois no Brasil a pirâmide aponta para um

envelhecimento da população, onde a maioria dos brasileiros encontra-se em patamares médios, ou seja, não estão nem na base, nem na ponta piramidal.

O gráfico acima possibilita pensar em termos de inserção laboral local, pois a condição jovem da sociedade permite que 42,3%, isto é, 124.213 indivíduos, dos residentes exerçam alguma atividade relacionada ao mundo do trabalho. O Censo Demográfico permite investigar em qual setor da atividade econômica são exercidas as ocupações dos trabalhadores do município; porém, como são muitas as categorias apresentadas, optou-se por selecionar apenas as cinco mais representativas, onde se encontra 65,6% da população que está empregada, fato observado na Tabela 03.

Tabela 3. Distribuição da população de Petrolina, de acordo com as cinco principais atividades laborais. 2010.

| Atividade                                                      | Valor/percentual |
|----------------------------------------------------------------|------------------|
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 32.309 (26%)     |
| Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas     | 25.371 (20,4%)   |
| Construção                                                     | 9.656 (7,8%)     |
| Educação                                                       | 7.640 (6,2%)     |
| Indústrias de transformação                                    | 6.499 (5,2%)     |
| Total parcial                                                  | 81.475 (65,6%)   |

Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Salienta-se que os grupos de atividades econômicas são definidos pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), documento elaborado pelo IBGE, com ampla participação de entidades públicas e privadas. O maior destaque constatado na tabela acima é aquele relativo ao primeiro setor e, dada a relevância agrícola local, pode-se afirmar que apesar de o primeiro grupo ser composto por outras atividades para além da diretamente agrícola, ela, com certeza, tem maior representatividade, pois a produção florestal, a pesca e a aquicultura não são importantes no município. Em seguida, aparecem atividades exercidas no terceiro setor, o que corresponde ao lado urbano da localidade. Como analisado no terceiro capítulo, entende-se que, apesar de haver distinção entre os três setores econômicos, essas atividades estão fortemente entrelaçadas.

Constata-se que, apesar da dinamização econômica, a distribuição de renda é bastante concentrada, uma vez que 5,0% daqueles que trabalham, o fazem sem

receber salário algum, o que permite cogitar que muitos estão inseridos em contextos de troca do excedente da própria produção; 50,1% recebem até um salário-mínimo e 75,5% do total de trabalhadores recebem até dois salários-mínimos (IBGE, 2010). Tal fato fica mais explícito, para a população com um todo, ao observar o Índice de Theli local, 0,71, e o Índice de Gini, 0,62. Ambos Índices apontam para o grau de concentração de renda, o primeiro refere-se “(...) a desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita*, excluindo aqueles com renda domiciliar *per capita* nula” (PNUD, s/d). O de Gini, por sua vez, não exclui aqueles que possuem renda nula. Nos dois, quanto mais próximo ao zero for o número, menos desigual é a distribuição de renda.

Já o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), segundo a Condepe/FIDEM (s/d), sugere uma melhora na qualidade de vida, tendo variado entre 2000 e 2010 de 0,580 para 0,697. O IDHM, diferentemente dos demais índices, é extraído a partir de uma média geométrica da renda, educação e longevidade.

Em termos gerais, percebe-se que o município, apesar de se destacar em termos econômicos, possui uma concentração expressiva da renda, culminando com que muitos residentes recebam baixa remuneração salarial, enquanto outros detenham parte expressiva dos valores produzidos pelo todo da população trabalhadora.

## 4.2 MIGRANTES EM PETROLINA

Para vislumbrar, de forma mais pormenorizada, a população residente no município, optou-se por dividi-la em dois grandes grupos que, se somados, corresponderão ao total de residentes. O primeiro grupo corresponde a todos os residentes, à época dos Censos, com exceção dos migrantes de última etapa, UE; o segundo, conseqüentemente, é formado apenas por esses migrantes.

Os demais residentes são compostos pelos naturais do município que nunca migraram, permanecendo durante toda a sua vida no local de nascimento, e pelos migrantes que estão há dez anos ou mais no município de destino. Essa escolha metodológica se assenta no entendimento, pautado em trabalhos anteriores realizados por autores diversos, de que a transferência/mudança de cidade, em princípio, causa constrangimentos intrínsecos ao próprio deslocamento, por conta do



não conhecimento local e do estranhamento ao novo, contudo, tende a diminuir, paulatinamente, com o passar do tempo, onde o lugar de recebimento do contingente migratório se torna menos estranho ao migrante, que, por sua vez, passa a conhecer melhor a nova localidade, a se locomover melhor, a conhecer as oportunidades que lhes surgem, seja no trabalho ou frente aos estudos, por exemplo, diminuindo, concomitantemente, possíveis lacunas ou diferenciais entre os migrantes recentes e os demais residentes (SANTOS, 2012; GONZALES; BASTOS, 1980). Já os migrantes de última etapa são aqueles que, nos últimos dez anos, empreenderam movimento migratório para o município de residência atual.

Para conferir contornos mais concretos à proposta, optou-se por transpor as análises a partir de base temporal ampliada, utilizando, assim, os três últimos Censos Demográficos, o de 1991, o de 2000 e o de 2010. Acredita-se que a amplitude temporal venha a contribuir para um maior alcance a respeito do fenômeno migratório tornando mais visíveis possíveis interferências diretas e indiretas da reestruturação econômica.

A partir daí, constata-se que a população petrolinense variou bastante de acordo com os dados de 1991, 2000 e 2010, havendo acréscimo de 117.556 pessoas, ou seja, de 40,1%, em vinte anos. Tal percentual é bastante alto, pois em Pernambuco, por exemplo, a população cresceu 18,9% e no Brasil 23,1%, no mesmo período.

Nesses intervalos, a distribuição populacional, com base migratória, se estabelece de forma bastante parecida, havendo constância nas porcentagens entre não migrantes, migrantes de retorno e demais migrantes, ao passo que a variação mais representativa é observada quanto ao montante total, como supracitado. Esta distribuição pode ser mais bem visualizada na tabela 4.

Tabela 4. Distribuição da população, de acordo com condição migratória. 1991, 2000, 2010.

|                      | 1991             | 2000             | 2010             |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|
| Não migrantes        | 87.053 (49,6%)   | 111.544 (51,0%)  | 147.118 (50,1%)  |
| Migrantes de retorno | 4.384 (2,5%)     | 7.433 (3,4%)     | 8.544 (2,9%)     |
| Demais migrantes     | 83.968 (45,9%)   | 99.561 (45,6%)   | 138.300 (47,0%)  |
| Total                | 175.406 (100,0%) | 218.538 (100,0%) | 292.962 (100,0%) |

Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010

A migração local aparece de forma considerável, correspondendo por aproximadamente 50% dos residentes da cidade. Dada as peculiaridades das políticas públicas e aos fatores locacionais, como a distância das capitais estaduais e do litoral, Petrolina parece indicar linhas particulares do fenômeno, surgindo enquanto local atrativo para o migrante.

Contudo, prestando aos objetivos propostos de análise comparativa entre os migrantes de UE e os demais residentes, tais dados podem ser desagregados do total municipal, com supressão daqueles que são de UE. Para obter tal número, basta subtrair do total de migrantes aqueles que se mudaram para a cidade há menos de dez anos. A partir da exclusão desses migrantes, a população obtida pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5. Distribuição da população local, exceto migrantes de última etapa. 1991, 2000 e 2010.

|                      | 1991             | 2000             | 2010             |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|
| Não migrantes        | 87.053 (70,6%)   | 111.544 (68,0%)  | 147.118 (63,2%)  |
| Migrantes de retorno | 1.298 (1,1%)     | 2.887 (1,8%)     | 3.965 (34,1%)    |
| Demais residentes    | 34.884 (28,3%)   | 49.561 (30,2%)   | 81.754 (34,1%)   |
| Total                | 123.234 (100,0%) | 163.992 (100,0%) | 232.839 (100,0%) |

Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

A diferença entre os totais das Tabelas 4 e 5 corresponde aos migrantes de última etapa, respectivamente, 52.172, 54.546 e 61.123.

Observa-se que a configuração se torna bastante singular, é claro que a representatividade dos não migrantes aumenta, porém se destaca, de forma acintosa, em 1991, apontando que o fluxo recente foi bastante importante.

Os fluxos mais antigos, com mais de dez anos, variaram bastante de acordo com o ano do Censo. Constata-se que frente ao conjunto da população, a migração de retorno registrou representatividade baixa: em 1991 foram 1,1% do total, em 2000, 1,8% e em 2010 caiu para 1,7%. Essa oscilação para mais, na comparação entre o primeiro e o segundo momentos, e para menos, no segundo e terceiro momentos, não deve ser entendida enquanto resposta a alguma política específica, podendo ser reflexo do movimento migratório. O sucesso das empreitadas territoriais do capital, a partir da consagração do modelo produtivo posto em voga e da dinamização econômica subsequente, tende a colocar Petrolina numa situação

privilegiada frente as demais localidades regionais, consagrando-a enquanto local diferenciado e, cada vez mais, reconhecido nacionalmente, atraindo pessoas, em um dado momento, interessadas em investir ou arriscar a sorte.

No tocante a remigração, vista como sinônimo da migração de retorno, ou seja, a realizada por uma pessoa que deixa seu local de nascimento para residir durante um período em outra localidade e depois regressa à cidade de origem (BAPTISTA et al., 2012), há um aumento constante na Tabela 4, em números absolutos e retração relativa entre os anos de 2000 e 2010 na Tabela 5, acusando a importância dos deslocamentos mais recentes durante este período. Este tipo de migração é bastante singular, pois remete à subjetividade dos fatores que levam o indivíduo a voltar ao local de origem, podendo indicar que houve sucesso ou fracasso no intento que o levou ao deslocamento. Com o objetivo de explorar melhor este viés, Oliveira e Jannuzzi (2005) elaboram um artigo focando os motivos pelos quais se migra, assim como, os motivos da remigração. Os autores concluíram que a principal razão mencionada para o deslocamento era “acompanhar a família”, seguida de “trabalho da pessoa”. Essas duas categorias puderam ser observadas para as migrações em todo o país, porém, ao analisar o Nordeste, especificamente, os pesquisadores ressaltam que há um grande número daqueles que, ao voltarem, se enquadravam na categoria de “outros motivos”, o que pode estar associada a não adaptação ao local de destino, a dificuldade em arrumar emprego, dentre outros.

Além de singular, a remigração representa uma importante face do deslocamento para a região Nordeste, pois vem aumentando sua participação no fluxo total, contribuindo para a redução do saldo migratório negativo que, historicamente, a região possui. Sobre isso, Baeninger (2000) observa que, no contexto das migrações nordestinas, houve uma diminuição do fluxo de migrantes retornados entre 1981 – 1991 e 1990 – 1995. Entretanto, a relevância do contrafluxo se intensificou entre 1995 – 2000, chegando a representar 40% do total dos fluxos de retorno do país (BAENINGER, 2002).

Quando parte-se para uma análise com variáveis sociais, se observa que, com o passar dos anos, o Censo indica uma melhora ao se tratar da alfabetização. Em 1991, 60,5% da população respondeu que sabia ler e escrever, já em 2010, esse percentual aproximou-se de 80%. Ao mesmo tempo, foi reduzido em mais de 50% o número de analfabetos, fato demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6. Distribuição da população, exceto migrantes de última etapa, segundo condição de alfabetização. 1991, 2000 e 2010.

|                   | 1991             | 2000             | 2010             |
|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| Alfabetizado      | 106.023 (60,5%)  | 112.686 (68,7%)  | 184.119 (79,1%)  |
| Analfabeto        | 46.871 (26,7%)   | 24.857 (15,1%)   | 26.509 (11,4%)   |
| Menores de 5 anos | 22.512 (12,8%)   | 26.446 (16,1%)   | 22.120 (9,5%)    |
| Total             | 123.234 (100,0%) | 163.992 (100,0%) | 232.839 (100,0%) |

Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

Segundo dados apresentados por Sobel e Ortega (2007), a porcentagem de crianças na escola passou de 59,2%, em 1970, para 92,1%, em 2000. Para os autores, tal fato se deu por conta da abertura ou dinamização de vários serviços educacionais, voltados ao ensino fundamental e médio, assim como ao ensino técnico e especializado, adequando a educação local à demanda por mão de obra qualificada. Além disso, os autores ressaltam que, quando comparado com os municípios do polo Juazeiro/Petrolina, a cidade que mais abriu e dinamizou os centros educacionais foi Petrolina, fazendo, inclusive, com que os seus índices sejam melhores do que os da vizinha, nesse quesito.

Ao analisar os dados referentes ao ensino superior verifica-se que em 1991 apenas 2.621 pessoas tinham terceiro grau, o que representava apenas 2,1% dos residentes, com exceção dos migrantes de última etapa; em 2000, 5.163, ou seja, 3,1% dos residentes possuíam formação superior; já em 2010, esse valor aumentou para 11.266, sendo 4,8%, indicando um aumento absoluto e relativo em todo o recorte temporal.

Nesse período, mais especificamente em 2002, foi criada a Universidade Federal do Vale do São Francisco que conta, hoje, com vinte e cinco cursos de graduação e doze cursos de pós-graduação, segundo o sítio da Universidade (UNIVASF, s/d). Até então, a cidade contava com um *campus* da Universidade de Pernambuco, aberta em 1969, que oferecia três cursos de licenciatura de curta duração, hoje, no entanto, a mesma instituição oferece dez cursos de graduação e cursos de pós-graduação focados na formação de professores e prática de ensino interdisciplinar (UPE, s/d). Nota-se que, apesar de existirem duas universidades públicas instaladas na localidade, a porcentagem de graduados ainda é incipiente, quando comparada com todo populacional.

Outro ponto considerado relevante refere-se à atividade laboral local, dada à dinâmica histórica assentada na agricultura, esta se configura como uma importante

vertente de estudo, pois a partir dela, pode-se averiguar, mais detalhadamente, as entrelinhas que envolvem os processos exógenos ao município, mas que tomaram forma localmente. A princípio, ressaltam-se algumas observações: a população total que foi utilizada até agora não representa o número que passa a ser trabalhado, pois dentre ela, existem pessoas que trabalham e outras que não trabalham, nesse sentido, excluem-se pessoas com menos de dez anos, automaticamente, pois não respondem a parte do questionário censitário frente a inserção laboral, e todas as outras pessoas que, por qualquer razão, não estavam trabalhando. Assim, para os respectivos Censos, os valores de referência são compostos pela diferença entre os casos supracitados e os demais, ou seja, todos aqueles que estavam trabalhando à época da pesquisa e que, portanto, responderam positivamente as questões referentes ao labor.

Os dados extraídos indicam que, seguindo a ordem cronológica, foram 43.512, 54.131 e 97.480 os trabalhadores residentes em Petrolina. Ao comparar com o total populacional que estava sendo utilizado até então, chega-se a uma variação percentual entre o número de habitantes e de habitantes exercendo atividade laboral, no caso, 35,3%, 31,2% e 41,9%. Existe uma contração percentual entre os dois primeiros períodos de 4% porém, ao compararem-se os dois últimos recortes, há um acréscimo de 10,7%, ou seja, proporcionalmente mais pessoas foram empregadas no município, que pode levar a contestação de maior dinamização da economia, podendo ser reflexo da boa fase econômica vivida no período, tanto no Estado de Pernambuco, como no País.

A partir da variável referente ao tipo de atividade exercida, observa-se que a agricultura se destaca das outras, apresentando os índices mais expressivos. Em 1991, por exemplo, empregava duas vezes mais do que o comércio, tendo essa diferença sido diminuída com o tempo.

Para explicar, de forma mais sucinta, algumas variáveis foram selecionadas, sob a perspectiva laboral concernente à agricultura, apresentada na Tabela 7.

Tabela 7. Distribuição dos residentes empregados na agricultura, segundo condição migratória, de renda e alfabetização. 1991, 2000 e 2010.

| Ano  | Pessoas empregadas | Naturais | Migrantes | Sem rendimento | Até 1 SM <sup>25</sup> | Alfabetização |
|------|--------------------|----------|-----------|----------------|------------------------|---------------|
| 1991 | 30,6%              | 76,6%    | 23,4%     | 25,9%          | 54,9%                  | 57,6%         |
| 2000 | 23,1%              | 60,7%    | 39,3%     | 14,7%          | 40,0%                  | 73,6%         |
| 2010 | 25,5%              | 52,6%    | 47,3%     | 25,8%          | 64,0%                  | 80,8%         |

Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

A Tabela 7 mostra que houve uma pequena retração percentual da empregabilidade formal na agricultura, quando comparado os anos de 1991 e de 2010, no entanto, as práticas neste setor se confundem entre a normatização profissional e a ilegalidade via CLT, Consolidação das Leis do Trabalho. O processo, em si, de mecanização da produção, culmina para que o setor empregue menos pessoas ligadas diretamente à prática agrícola, oferecendo vagas, também, voltadas ao transporte do produto, ao empacotamento, dentre outros.

Ao focar nos índices daqueles trabalhadores que não receberam remuneração, mas estavam trabalhando, como tratado anteriormente, pode-se pensar que muitos produtores/trabalhadores estejam comercializando sua própria mercadoria através da troca de produtos e de uma incipiente venda em feiras. A variação desse percentual é bastante interessante, pois há uma diminuição expressiva entre 1991 e 2000, e aumento entre 2000 e 2010, obtendo proporções mais próximas as de 1991.

Em termos de alfabetização, há uma variação positiva, o que é condizente com o total populacional, e pode ser explicada pelos mesmos motivos.

Os aspectos migratórios demonstram que em 1991, a maioria dos trabalhadores eram naturais do município, fato que não é observado em 2000 e nem em 2010, onde os valores começam a se aproximar, naturais e migrantes ganham pesos próximos à média de cinquenta por cento.

#### 4.3 MIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA: A MIGRAÇÃO RECENTE

Sob os recortes temporais já definidos, os Censos apontam que 52.175 residentes de Petrolina, em 1991, são migrantes de última etapa, o que representa frente a população total 29,7% e frente ao total de migrantes cerca de 50%; em

<sup>25</sup> Salário-mínimo com base nos valores de referência de cada Censo.

2000, eles são 54.546, correspondendo a 33,3% do todo populacional e 51,0% dos migrantes; já em 2010, somam 61.123, o equivalente a 20,8% da população e 41,6% dos migrantes locais. Ou seja, esse tipo de fluxo é bastante relevante, principalmente no primeiro e no segundo momentos.

Ao olhar os dados a partir do local de origem do migrante, verifica-se que, em 1991, a migração foi realizada por 5,9% de petrolinenses que remigraram para sua cidade natal; 50,6% de pernambucanos; e 43,4% de pessoas advindas de outras UF's. Em 2000, o percentual de retornados ao município de origem foi 8,3%, estes podendo ter migrado de forma inter ou intraestadual; no geral, a migração intraestadual foi de 59,0%; já os deslocamentos interestaduais representaram 41,0%. Em 2010, 7,5% era o percentual de retornados a Petrolina, podendo ser migrantes inter ou intraestaduais, o panorama migratório ficou composto por 57,5% de pernambucanos e 43,0% de demais estados.

A partir da exposição feita acima, algumas reflexões se fazem necessárias: constata-se que o maior percentual migratório é intraestadual, ou seja, são pernambucanos que se deslocaram para Petrolina. Tal fato indica a importância deste tipo de fluxo, colaborando com a percepção de que o município é uma referência dentro do Estado, o que também foi constatado para a análise feita a partir da desagregação dos migrantes de UE.

Quanto aos fluxos interestaduais ressalta-se que esta migração não está necessariamente desconectada da migração de retorno, pois em deslocamentos anteriores, os pais do recenseado poderiam ser naturais do município que optaram por morar em outra UF e, num segundo momento, tiveram um filho nesta outra localidade, posteriormente, a família ou apenas um dos componentes pode ter optado por voltar para a terra de origem dos familiares. Criando, assim, margem para questionar se esses migrantes, de fato, vieram sem ter relações diretas com o local de destino<sup>26</sup>.

Já para aqueles que não têm relação com a região, tais deslocamentos não representam, necessariamente, uma novidade ou algo totalmente estranho. Antes de migrar, muitos procuram se informarem sobre o mercado local de trabalho e a cidade em si, além disso, o lugar escolhido, geralmente, contém pessoas conhecidas que já haviam se direcionado para a localidade e que se empregaram

---

<sup>26</sup> Os Censos Demográficos não permitem saber se há correlação entre o migrante e o local de destino, a partir da perspectiva de parentesco.

em alguma empresa local, por exemplo. Essa comunicação estabelecida entre sujeito desejoso e migrante é essencial para o sucesso e a durabilidade da empreitada. Quando o deslocamento é concretizado, essa rede migratória é mantida e serve para ajudar a encontrar hospedagem e emprego, conhecer a cidade etc..

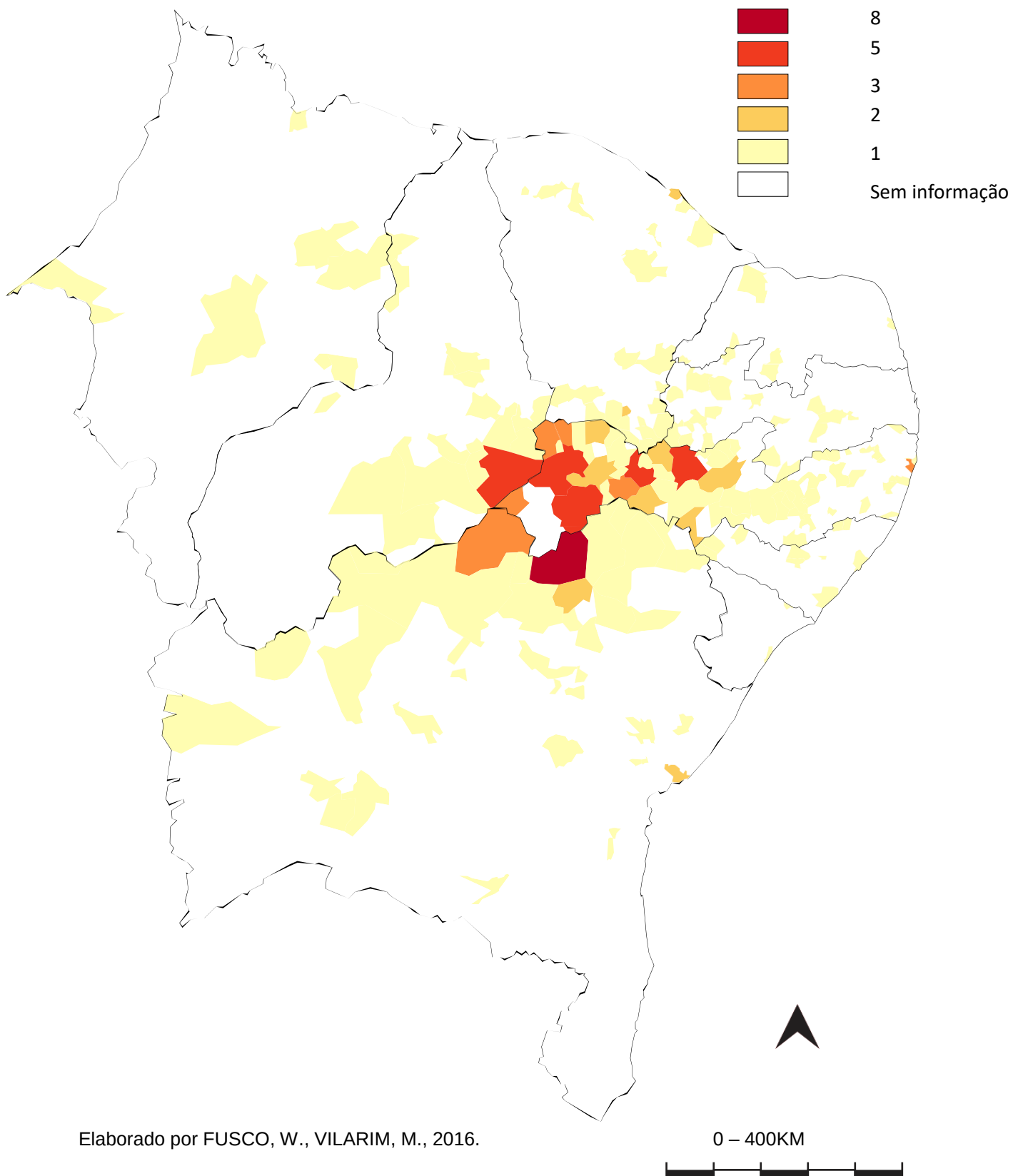
Outra possibilidade de avaliar os dados, tomados sob a perspectiva da migração, é conferida pela utilização de uma variável específica que permite saber onde o indivíduo migrante estava residindo cinco anos antes da aplicação do questionário censitário. Com a data de referência fixada<sup>27</sup>, o entrevistador questiona a respeito do município de residência. Esta variável é bastante interessante, pois permite pensar a migração enquanto movimento, identificando onde a pessoa residia cinco anos antes de morar em Petrolina. Com tal informação foi possível criar representações cartográficas, onde Petrolina é o lócus.

---

<sup>27</sup> No Censo de 1991, a data referência é 1 de Setembro de 1986; em 2000, a data escolhida foi 31 de Julho de 1995; e em 2010, 31 de Julho de 2005.



Mapa 1. Município de origem dos migrantes data fixa em Petrolina, segundo participação relativa por município. 1986 – 1991.



A partir da observação do Mapa 1, constata-se que há migrantes advindos de todas as Unidades da Federação nordestinas, mas a migração mais expressiva foi intraestadual, ou seja, aconteceu dentro do Estado de Pernambuco. Poderia se destacar, também, que os municípios fronteiriços e aqueles localizados em regiões mais próximas eram espaços migratórios para a saída de migrantes, sentido Petrolina.

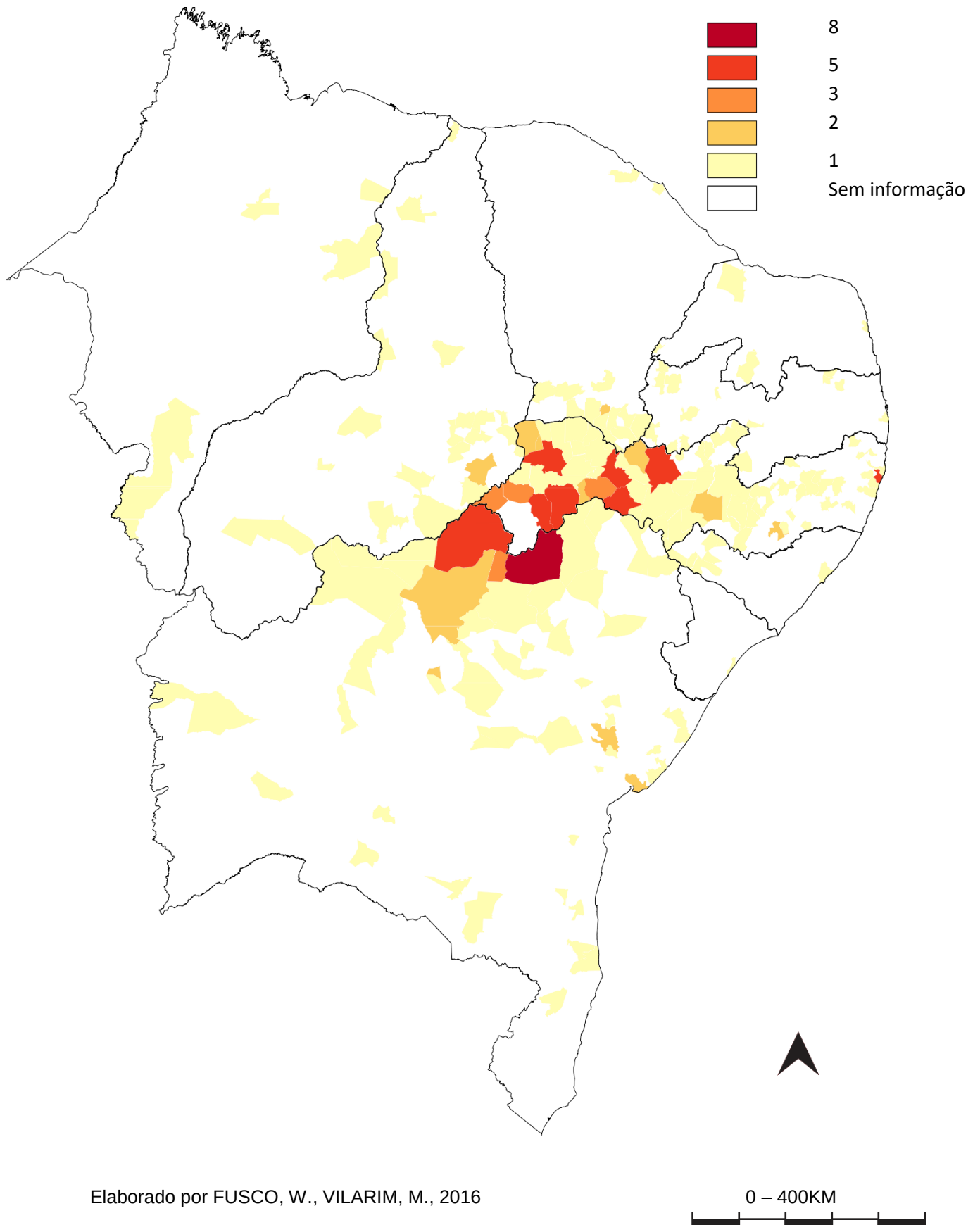
Os municípios de onde mais saíram migrantes foram o de Juazeiro – BA, que representou 5,9% do fluxo total, seguido por Paulistana – PI (4,8%), Santa Maria da Boa Vista – PE (4,5%), Salgueiro – PE (4,3%) e Ouricuri – PE (4,2%). Entre as capitais, a que mais de destacou foi Recife – PE, seguida por Salvador – BA e Fortaleza – CE. No total foram 22.243 pessoas que estavam residindo em Petrolina à época da aplicação do questionário censitário, mas estavam morando em outro local em 1º de setembro de 1986. Do principal município de saída, advieram 1.311 pessoas, já o menor número foi o de quatro pessoas que deixaram três municípios. No total saíram pessoas de 185 municípios do Nordeste, sendo 7 do Maranhão, 18 do Piauí, 23 do Ceará, 5 do Rio Grande do Norte, 18 da Paraíba, 60 de Pernambuco, 10 de Alagoas, 2 de Sergipe e 42 da Bahia.

Vale salientar, contudo, que esta representação cartográfica necessita de adendo, pois a malha territorial do País foi, com o passar dos anos, alterada<sup>28</sup>. Muitos municípios surgiram na década de 1990, alguns na região de maior fluxo, como é o caso do desmembramento ocorrido em Santa Maria da Boa Vista, que, em 1995, perde os distritos de Jutaí e Lagoa Grande que passam a formar o município de Lagoa Grande (IBGE, s/d). O mesmo acontece com a própria Petrolina. Em 1991, o município é desmembrado no lado norte, onde passa a existir Dormentes (IBGE, s/d). Tal fato cria uma situação curiosa em contextos migratórios, pois, a partir de 1991, residentes de Dormentes que, até então, eram petrolinenses, são considerados migrantes intermunicipais, apesar de terem nascido em Petrolina.

---

<sup>28</sup> Entre 1991 e 2010, surgiram 285 novos municípios no Nordeste: dois na Bahia, seis no Ceará, oitenta e um no Maranhão, cinquenta e dois na Paraíba, dezessete em Pernambuco, cento e seis no Piauí, quinze no Rio Grande do Norte, um em Sergipe e cinco em Alagoas (NUNES; GARCIA, 2015).

Mapa 2. Município de origem dos migrantes data fixa residentes em Petrolina, segundo participação relativa por município. 1995 – 2000.

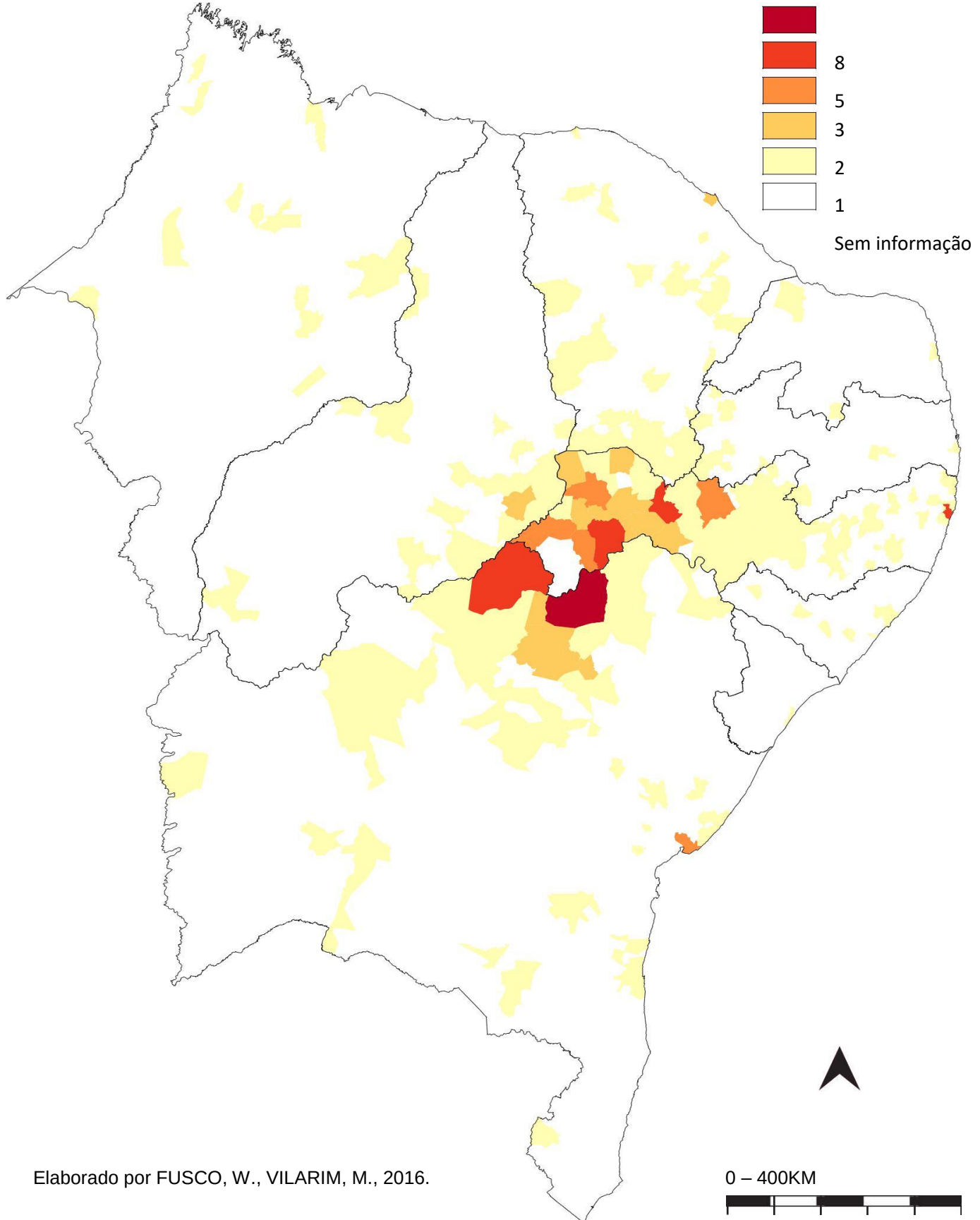


O Mapa 02 indica uma expansão do espaço migratório intraestadual, observa-se que a mancha migratória avançou em Pernambuco, mas diminuiu, suavemente, na fronteira com a Bahia e, de forma expressiva, na fronteira com o Piauí, o que pode ter se dado por conta da maior dinamização econômica estadual que aconteceu, principalmente, pela chegada de produtores agrícolas, criando, assim, novos fluxos intraestaduais.

Na data fixa, os municípios mais expressivos de saída dos migrantes eram Juazeiro – BA (6,28%), Santa Maria da Boa Vista – PE (4,10%), Casa Nova – BA (4,00%), Serra Talhada – PE (3,89%) e Salgueiro - PE (3,75%). As capitais que mais se destacaram foram as mesmas observadas no período anterior, no entanto, Recife – PE aumentou sua representatividade, aparecendo como a sexta cidade de residência dos migrantes na data fixa. Do principal município saíram 1.292 pessoas e sete indivíduos partiram de seis municípios, contabilizando os menores números.

Desta vez, advieram pessoas de 191 municípios, sendo 3 do Maranhão, 20 do Piauí, 16 do Ceará, 4 do Rio Grande do Norte, 4 da Paraíba, 73 de Pernambuco, 8 de Alagoas, 1 de Sergipe e 51 da Bahia. Quando comparado com os números de municípios, por Unidade da Federação, de 1986, percebe-se que, de fato, há uma expansão do espaço de migração dentro de Pernambuco, onde 13 municípios a mais apareceram como local de origem para Petrolina, e dentro do Bahia, que somou mais 9 municípios. É constatada uma retração contundente para a Paraíba, com menos 14 cidades, seguida do Ceará, com menos 7 municípios.

Mapa 3. Município de origem dos migrantes data fixa residentes em Petrolina, segundo participação relativa por município. 2005 – 2010.



O Mapa 3 reflete o panorama migratório, na data fixa, correspondente ao ano de 2005. Nele, observa-se que o município de Juazeiro – BA continua sendo o principal local de origem dos migrantes, tendo 7,03% dos migrantes lá resididos, em junho de 2005. Posteriormente, destacam-se Santa Maria da Boa Vista – PE, com 4,97%, Recife – PE, 4,88%, Salgueiro – PE, com 4,41%, e Casa Nova – BA, com 3,13%. Neste momento, dois municípios recentes, Dormentes – PE e Lagoa Grande – PE, se tornaram importantes locais de origem de migrantes, ambos aparecem entre os dez principais locais de saída. Quanto às capitais, para além de Recife, Salvador – BA também se destaca, sendo a décima cidade mais importante.

No total, 24.343 pessoas moravam em outras localidades na data fixa, saídas de 216 cidades. Do principal município saíram 1.712 pessoas; o menor grupo adveio de duas cidades, de onde partiram cinco pessoas. Novamente, a principal UF de saída municipal foi a de Pernambuco, contando com 74 municípios, seguida da Bahia, com 50 e da UF cearense, que cresceu vertiginosamente quando comparada com os períodos anteriores, chegando a 31 cidades. Em 2005, se pode perceber que, dada três exceções referentes ao Rio Grande do Norte e Sergipe que se mantiveram com o mesmo número de 1995, e Alagoas que perdeu um município na comparação, houve acréscimo em todas as demais UFs, com destaque para o Maranhão que teve sua participação aumentada em 10 municípios, totalizando treze.

Ao se refletir acerca dos três mapas, observa-se que há um aumento na diversificação de municípios de saída dos migrantes, o que pode acontecer pelo aumento da própria malha rodoviária, o aumento da importância que a cidade passa a ter com o passar dos anos, transformando-se num município economicamente mais dinâmico em seus diversos setores etc.. Há, assim, uma expansão dos espaços migratórios, destacando-se, sobretudo, a migração intraestadual, como também foi observado na análise direcionada para os migrantes de última etapa como um todo. Tal fato foi analisado por Baeninger (2000) que observa a expansão dos espaços migratórios interestaduais na década de 1980. Essas expansões foram ocasionadas, dentre outros fatores, pela desconcentração das atividades econômicas, que reteve parte dos fluxos a outras regiões e que, portanto, propiciou deslocamentos de curta distância. A autora também pondera a respeito dos fluxos intrarregionais, constatando que, no Nordeste, entre 1991 – 1996, 45% dos fluxos migratórios tinham esse caráter, entre 1986 – 1991 este valor era de 49%, porém, mesmo apresentando uma diminuição percentual entre os períodos supracitados,

esta região, juntamente a região Sul, apresentavam o maior percentual de deslocamentos no âmbito intrarregional, salientando a importância desses fluxos (BAENINGER, 2000).

A cidade que mais se destacou enquanto local de saída, foi a de Juazeiro, o que pode ser pensado por conta da aproximação física entre as duas cidades. Como analisado anteriormente, essas cidades se confundem, muitas vezes, pois muitas ações públicas e privadas foram direcionadas as duas.

Outro fato percebido é que os principais deslocamentos se dão entre cidades próximas, ou seja, entre municípios da região de entorno do rio São Francisco, refletindo a importância do fator distância para o fenômeno. Além disso, com relação à migração intrarregional sertaneja, sabe-se que a diminuição da escala, torna Petrolina ainda mais importante, em termos de serviços e em termos econômicos, do que as cidades vizinhas, sendo vista como uma centralidade regional.

No mais, pode-se repetir a análise feita anteriormente voltada para os migrantes, menos os de UE, acerca da atividade laboral exercida, desta vez, contudo, explorando apenas os migrantes mais recentes, ou seja, de UE. Nesse quesito, verifica-se que uma parcela representativa dos de última etapa desenvolveu atividade laboral, 39,1%, em 1991, 30,1%, em 2000, e 43,7% em 2010, que, em valores, representa 20.405, 16.421 e 24.436. Mais uma vez, a parcela mais representativa deste todo, trabalhava no setor agrícola, tendo o percentual variado entre 31,2%, 37,4% e 28,9%, respectivamente.

O rendimento desta parcela da população, novamente, se concentrou de forma acintosa nas primeiras camadas de renda, ou seja, naquelas onde o sujeito não tem rendimento (os percentuais muito mais baixos quando comparados com os encontrados para os demais residentes, se dá por conta de muitos migrantes não terem recursos para comprar sua terra e viver dela, com isso, concentram-se em atividades que possam render algum retorno financeiro, para, inclusive, se manterem no município e não serem obrigados a remigrar), e onde os sujeitos recebem até um salário-mínimo, tais dados podem ser encontrados abaixo.

Tabela 8. Distribuição da população dos migrantes de última etapa empregados na agricultura, sob aspectos de renda e alfabetização. 1991, 2000 e 2010.

|      | Sem rendimento | Até 1 SM | Alfabetização |
|------|----------------|----------|---------------|
| 1991 | 4,6%           | 60,6%    | 50,2%         |
| 2000 | 7,2%           | 46,1%    | 68,3%         |
| 2010 | 3,6%           | 53,9%    | 81,4%         |

Elaborado por Vilarim, 2016. Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

A Tabela 8 também permite comparar os percentuais daqueles migrantes que foram alfabetizados, com os demais, contudo, observa-se que os percentuais, para os três períodos, são muito próximos. Vale um adendo a estes dados e a esta comparação, é sabido que há uma seleção dentro da própria migração, ou seja, com exceção de casos mais dramáticos, como os que acontecem por migrações forçadas por guerras ou por catástrofes naturais, os indivíduos migrantes são, muitas vezes, pessoas com certa escolaridade, que não estão totalmente à margem da sociedade e que viajam providos de certo conhecimento a respeito do local de destino, como apontado anteriormente. Esse conhecimento é, muitas vezes, o motivo para o sucesso da empreitada migratória, fato bastante relevante na análise aqui feita, pois, como ressaltou Martine (1980), os migrantes entrevistados pelos Censos são sobreviventes do processo migratório, ou seja, são pessoas que conseguiram se estabelecer na cidade de destino.

As análises feitas, a partir da seleção das variáveis, não apontam para uma distinção necessária e clara entre os naturais e os migrantes dos municípios, nem quando eles são tomados sob o quesito de última etapa. No geral, a grande parte da população vive em condições desiguais com baixa renda e são mais facilmente encontrados enquanto mão de obra agrícola desqualificada, tendo que lidar com diversas condições de trabalho.

Algumas entrelinhas mais sensíveis ao fenômeno migratório, talvez, ficassem mais visíveis em uma pesquisa qualitativa, no entanto, a escolha metodológica assentada neste tipo de abordagem, limita o universo de análise e, ao mesmo tempo, expande as possibilidades a ilimitáveis considerações, ou seja, apesar de um número mais reduzido de indivíduos entrevistados, os motivos, as causas e as experiências seriam únicas, diferentes entre si, e não permitiriam uma generalização mais universal dos dados. Nesse sentido, vislumbra-se, para um momento posterior, a possibilidade de complementar esta pesquisa com análises de cunho qualitativo.



## 5. CONCLUSÃO

Há menos de meio século o município de Petrolina não se identificaria em nada com aquele dos dias atuais, foram tantas as mudanças que um homem lançado em uma máquina do tempo se perderia no espaço local não reconhecendo a si mesmo enquanto morador petrolinense. Se antes a paisagem variava de acordo com as estações da chuva, o petrolinense avistaria terras verdes a não caber na vista, ouviria tantos sotaques diferentes, viria gente de tantas partes do País, que o seu ser não imaginaria caber em um único espaço. A cultura estaria diferente, seria um reflexo de uma mistura musical apressada, difusa e a-espacial; os hábitos cotidianos, como o de saborear uma xícara de café sentado confortavelmente numa cadeira de balanço, sob a luz da lua, seria escasso e localizado em alguns poucos bairros, em algumas poucas ruas... O silêncio seria raro, assustadoramente raro, assim como a luz do céu, pensaria ele que o *novo* apagou-a, ou ela apagou a si mesma, tendo em vista que não haveria mais tempo para a sua contemplação. Ir a qualquer lugar seria arriscado, os automóveis haviam tomado muitos espaços, inclusive os das carroças e dos carros de bois, rápidos e desenfreados, pareceriam uma arma. Até o ar, sim, o ar que se respira, causaria estranheza, denso e mal cheiroso, irritaria a garganta. O banho de rio estaria restrito, dada a poluição do mesmo, aliás, estaria restrito, em muitos pontos do município, a simples aproximação, pois muitas e muitas propriedades privadas se avolumariam e o impediriam de chegar próximo. Confuso, o petrolinense de cinquenta anos atrás, regressaria no tempo e seguiria em direção de sua casa.

A partir do exemplo acima, buscou-se indicar que as transformações econômicas, influenciaram um sem número de questões, localmente e regionalmente, que escapam à problematização trazida neste trabalho, pois, para além da economia, da demografia, da regionalização, o processo se deu de forma ampla, atingindo muitos aspectos do cotidiano do cidadão petrolinense e de seus migrantes.

Ao que se refere à análise a que esse trabalho se presta, pode-se afirmar que, encoberto pelo ideário da modernização e da integração nacional, houve um projeto vertical pensado para a região Nordeste que, de forma paulatina, foi sendo concretizado a partir da criação de diversas políticas públicas pensadas de fora para dentro da região condicionando a territorialização do capital privado, a partir da

industrialização das regiões litorâneas e da agroindustrialização em determinadas localizações situadas na região semiárida.

No semiárido, especificamente, se pleiteava resolver os problemas advindos com os períodos de estiagem e diminuir as ondas migratórias que levavam muitos sertanejos a buscarem melhores condições de vida em outros locais, como nas capitais nordestinas e na cidade de São Paulo – SP. Para tal, inúmeros projetos e programas foram desenvolvidos na região que reverberaram diretamente em Petrolina. No entanto, as medidas que se assentaram localmente tinham como intuito romper com a tradicional agricultura privilegiando um modelo específico de produção, o que, por sua vez, preconizava toda uma remodelagem do sistema rural local. O agronegócio atingiu o município sob a forma da fruticultura irrigada que, dada a chancela estatal, rapidamente se espalhou dentro e fora dos Perímetros Irrigados que foram criados.

Pressupondo uma concentração de terras e uma produção com viés mercadológico, a fruticultura irrigada acabou por aumentar as desigualdades no espaço rural, pois foi responsável pela redução no número de sítios dos agricultores do município que, quando não perdiam suas terras por não conseguirem comprovar a propriedade, se viam obrigados, muitas vezes, a atrelar a sua produção à da empresa fruticultora ou a vender sua força de trabalho de forma parcial ou permanente. Assim, as políticas que tomaram forma localmente beneficiaram o empresariado em detrimento aos agricultores da região.

Constata-se, então, que a produção agrícola de alto valor no mercado esconde o aumento das desigualdades que ela mesma gera, seja no acesso à terra, na difusão de tecnologias, no acesso as políticas voltadas para a prática agrícola, dentre outros. Mesmo assim, foi o modelo privilegiado por sucessivos governos que ora investiu no primeiro setor para responder a alguma crise financeira internacional, ora se apoiou na ideia de que as exportações primárias possibilitavam uma balança comercial positiva na transação com as demais nações.

Contudo, ressalta-se que tais políticas possuem um caráter bastante restrito espacialmente, gerando desigualdades no todo regional, pois há uma predileção na escolha das localidades que vão receber investimentos estatais e, posteriormente, privados. Assim, na mesma medida em que Petrolina e Juazeiro se dinamizaram economicamente de forma profunda, muitos municípios do entorno não receberam incentivos federais, nem estaduais condizentes com o que receberam os dois

municípios supracitados. Tal fato criou uma espécie de centralidade regional, protagonizado por esses dois municípios, que interfere no processo migratório regional, pois os migrantes veem a centralidade como um local onde podem encontrar emprego mais facilmente, estudar em melhores escolas, cursar instituições de ensino superior, ter acesso a melhores hospitais etc..

Assim, respondendo a questões das mais variadas, muitas pessoas se dirigem a Petrolina. A maioria dessas pessoas advém de municípios próximos, comprovando que Petrolina tornou-se *locus* diferenciado dentro da região semiárida e, especialmente, dentro da região do Vale do São Francisco.

Observou-se, também, que muitos dos migrantes residentes no município se inserem no mercado laboral local agindo, especialmente, em atividades relacionadas ao primeiro setor. Contudo, muitos, sejam migrantes residentes há dez anos ou mais ou migrantes recentes, recebem baixa remuneração salarial, de até um salário-mínimo, indicando que existe um movimento migratório expressivo de pessoas com menor poder aquisitivo. Por sua vez, o percentual de migrantes com terceiro grau tem aumentado no decorrer das décadas, mas ainda possui baixa representatividade. Esta configuração sugere que, apesar dos altos valores gerados pela economia petrolinense, nos seus variados setores, há uma concentração das riquezas que não são redistribuídas entre grande parte dos assalariados.

Considera-se, portanto, que, enquanto localidade privilegiada de um projeto exógeno ao local e ao regional, pautado numa política de modernização e integração nacional, o município se tornou exemplo das contradições inerentes ao próprio modelo econômico capitalista, tanto quando observado sob a escala municipal, dada a seletividade na escolha dos sujeitos e dos locais privilegiados no espaço municipal, quanto quando observado na escala regional, por conta da seleção de alguns municípios em detrimento a outros frente as medidas de dinamização econômica.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 334 p.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste e a questão regional**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1988. 70 p.

\_\_\_\_\_. **Sertão Sul**. 1. ed. Recife: SUDENE, 1984. 674 p. (Série: Estudos regionais).

\_\_\_\_\_. **Tradição e mudança**: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1983. 114 p.

AQUINO, T. A. M. **Caminhos do poder**: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina – PE, 1930 – 1945. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ARAUJO, T. B. Dinâmica regional brasileira: rumo à desintegração competitiva? In: Encontro Nacional da Anpur, 6., 1997, Recife. **Anais...** Recife: Anpur, 1997. 1070-1099 p.

BAENINGER, R. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: **XII Encontro de Estudos Populacionais**. 28 p. 2000. Caxambu. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdalmigra%C3%A7aonoBrasilAnos80e90.pdf>>. Acessado em: 05 de jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Migrações internas no Brasil do Século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro de Estudos Populacionais**. 22 p. 2012. Águas de Lindóia. Disponível em <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST24\[611\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST24[611]ABEP2012.pdf)> Acessado em 20 de fev. 2015.

BAPTISTA, E. A. et al. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: **XIII Encontro de Estudos Populacionais**. 19 p. 2012. Águas de Lindóia. Disponível em <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST5\[202\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST5[202]ABEP2012.pdf)>. Acessado em: 22 de ago. 2013.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 177 p.

CAMELO FILHO, J. V. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, v. 17. 83-93 p. 2005. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47276/51012>> Acessado em 10 de mai. 2014.

CONDEPE/FIDEM. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>> Acessado em: 20 de ago. 2015.

CODEVASF. **Programas e ações.** Disponível em <[http://www.codevasf.gov.br/programas\\_acoes](http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes)> Acessado em: 10 de set. 2013

COELHO, R. L. L. C. **Política, gestão e cidade:** política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2007.

CORREIA, R. C. Alterações na agricultura irrigada. **UNESP.** Ilha Solteira 2000. Disponível em: <[http://www.agr.feis.unesp.br/gaz\\_ne291200.htm](http://www.agr.feis.unesp.br/gaz_ne291200.htm)> Acessado em: 03 set. 2013.

DAMIANI, A. **Geografia e população.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 106 p.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e política no Brasil contemporâneo.** 1. ed. Brasília: IPEA, 2005.

DNOCS. **História.** Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br/>>. Acessado em: 05 de abr. 2015

EMBRAPA. **Embrapa Semiárido.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/semiarido>> Acessado em: 09 de jul. 2015.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1998. 248 p.

GONÇALVES, C. U. Geografia política e poder na gestão do território. **Fragments de Cultura.** Goiânia, v. 18, n 3/4, 251-263 p. mar./abr. 2008.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua dimensão. In: Castro, I. et. al. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 49-76 p.

GONZALEZ, E. N.; BASTOS, M. I. Migração rural e o trabalho volante na agricultura brasileira. In: Moura, H. (Org.) **Migração Interna:** textos selecionados. 1. ed. Fortaleza: BNB – ETENE, 1980. 975-1.022 p.

GRAHAM, D.; HOLLANDA FILHO, S. B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: Moura, H. (Org.) **Migração Interna:** textos selecionados. 1. ed. Fortaleza: BNB – ETENE, 1980. 733-778 p.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca.** 1. ed. Fortaleza: DNOCS, 1981. 324 p.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **IPEA.** 1997. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/123/125>>. Acessado em: 22 de ago. 2013.

HAESBAERT, R. **Regional-global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 210 p.

\_\_\_\_\_. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgrafia**. Niterói, ano 1. n. 1, 15-39 p. 1999. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/4/3>> Acessado em 5 ago. 2015.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **RBCS**. São Paulo, v. 25, n. 74, 159-176 p. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v25n74/a10v2574.pdf>> Acessado em 23 de set. de 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 1991** – Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>> Acessado em 20 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000** – Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> Acessado em 20 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010** – Resultados do universo. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>> Acessado em: 0 set. 2015

INEMA. **Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Salitre**. 2015. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-salitre/>> Acessado em 03 nov. 2015

LISBOA, J. B. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

LOPES, E. G. **OPARA** – Formação histórica e social do Submédio São Francisco. 1. ed. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. 249 p.

MALTHUS, R. **Primer ensayo sobre la pablación**. 3. ed. Madri: Alianza Editorial, 1970. 318 p.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: Moura, H. (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. 1. ed. Fortaleza: BNB – ETENE, 1980. 949-974 p.

MELO, M. L. Proletarização e migração nas regiões canavieiras e agrestina de Pernambuco. In: Moura, H. (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. 1. ed. Fortaleza: BNB – ETENE, 1980. 1.073-1.106 p.

MIRANDA, C. et al. **Planejando o desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Brasília – Distrito Federal: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998. p. 331.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

MORMUL, N. M. Geografia Humana e Geografia da População: pontos de tensionamento e aprofundamento na ciência geográfica. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 40, 33-47 p. 2013. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/P.2318-2962.2013v23n40p33>> Acessado em 01 ago. 2015.

MOTTA, M. M. M. A Casa da Torre: latifúndio e emblema do feudalismo. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. 26., 2011. São Paulo. **Anais...** 1-12 p. Disponível em <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298490465\\_ARQUIVO\\_ACASADATORRE.LATIFUNDIOEEMBLEMADOFEUDALISMO.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298490465_ARQUIVO_ACASADATORRE.LATIFUNDIOEEMBLEMADOFEUDALISMO.pdf)> Acessado em 20 de mai. 2016.

NUNES, M. A.; GARCIA, R. A. Surto emancipacionista no Brasil na década de 1990 e seu reflexo no balanço migratório dos municípios recém-criados. **Geografias**. Belo Horizonte, v. 11, n. 1. 108-127 p. jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, K.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 4. 134-143 p. oct./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400009)> Acessado em: 20 de nov. 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 164.

\_\_\_\_\_. Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**. 13., 2011. Habana. 1-19 p. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>> Acessado em 11 de set. 2015.

PINTO, A. R. et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, 2011. 70 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br/wp-content/uploads/ManualtrabalhosAcademicos.pdf>> Acesso em: 20 de mar. 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RAMOS, S. F. Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA). **SOBER**. p. 01-14. Brasília. 2002. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1045.pdf>> Acessado em 14 de ago. 2014.

RAVENSTEIN, E. As leis da migração. In: Moura, H. (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. 1. ed. Fortaleza: BNB – ETENE, 1980. 19-88 p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 2 reimp. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2012. 176 p.

SANTOS et al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 18 p. 2010. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf> Acessado em: 20 ago. 2015.

SERVILHA, M. M. **Quem precisa de região?: o espaço dividido em disputa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 416 p.

SEYFERTH, G. O Estado brasileiro e a imigração. In: Santos et al. [org.] **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014a. 109-133 p.

\_\_\_\_\_. Povoamentos alienígenas, eugenia e política imigratória no Brasil (1808-1950). In: Santos et al. [org.] **Recortes Interdisciplinares sobre Migrações e deslocamentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014b. 13-51 p.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 1. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. p. 275.

SOBEL, T. F.; ORTEGA, A. C. Estratégias de Desenvolvimento Territorial: o caso do pólo Petrolina – Juazeiro. **SOBER**. Brasília. 01-21 p. 2005. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/945.pdf>> Acesso em 27 jun. 2014.

SOUZA, I.; MEDEIROS FILHO, J. **Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas no Nordeste**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, R. A. Trabalho e trabalhadores no campo: desvendando a realidade no Vale do São Francisco. In: Conceição, A. L. (Org). **Trabalho e trabalhadores: As novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011. 163-197 p.

\_\_\_\_\_. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção**. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

TOMAZ JR., A. **Dinâmicas geográficas do trabalho no século XXI: (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 941 f. Tese. (Livre-Docência em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo – Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2009.

TREWARTHA, G. T. **Geografia da População: padrão mundial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1974. 222 p.

UNIVASF. **Universidade Federal do Vale do São Francisco**. Disponível em: <<http://www.univasf.edu.br/>> Acessado em 09 de abr. 2016

UPE. **Campus Petrolina**. Disponível em: <<http://www.upe.br/petrolina/>> Acessado em: 09 de abr. 2016.



VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Caderno de Difusão Tecnológica**. V. 02(1). Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9248/5282>> Acessado em 01 de abr. 2016.